

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO  
CAMPUS DE SÃO LUÍS  
LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-  
BRASILEIROS

**MARCIA CRISTINA NASCIMENTO PINHEIRO**

**LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-  
BRASILEIROS- LIESAFRO: um legado da política de ações afirmativas para  
acesso da população negra ao ensino superior no Brasil**

São Luís  
2021

**MARCIA CRISTINA NASCIMENTO PINHEIRO**

**LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS- LIESAFRO:** Um legado da política de ações afirmativas para acesso da população negra ao ensino superior no Brasil

Monografia apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros junto ao Campus de São Luís da Universidade Federal do Maranhão.

Orientadora: Profa. Dr<sup>a</sup>. Cidinalva Silva Câmara Néris.

São Luís  
2021

AUTORIZO A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

PINHEIRO, Marcia Cristina Nascimento

LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS- LIESAFRO: Um legado da política de ações afirmativas para acesso da população negra no ensino superior no Brasil / Marcia Cristina Nascimento Pinheiro. – 2021.

Orientador (a): Profa. Dr<sup>a</sup>. Cidinalva Silva Câmara Néris.

Monografia - Graduação em Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros.) - Curso de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão – UFMA – São Luís, 2021.

1. Política de Ações Afirmativas. 2. Ingresso no ensino superior. 3. Desigualdades. I. Néris, Cidinalva Silva Câmara. II. Título.

**MÁRCIA CRISTINA NASCIMENTO PINHEIRO**

**LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS- LIESAFRO:** Um legado da política de ações afirmativas para acesso da população negra ao ensino superior no Brasil

Monografia apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros junto ao Campus de São Luís da Universidade Federal do Maranhão.

Apresentado em: 24 de setembro de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Profa. Dr<sup>a</sup>. Cidinalva Silva Câmara Neris (Orientadora)**

Doutora em Sociologia  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Dr. Carlos Benedito Rodrigues da Silva

Doutor em Ciências Sociais  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof. Ms. Rosenverck Estrela Santos  
Universidade Federal do Maranhão

## AGRADECIMENTOS

Inicio dizendo que não foi fácil escrever esta monografia, como, esposa, mãe, trabalhadora, estudante sempre há alguns contratempos na jornada, mas com a ajuda direta ou indireta de algumas pessoas que me apoiaram com material para estudo, com ajuda online, com dicas de como fazer, com apoio moral, que em alguns momentos foram úteis, porém no final tudo acabou bem.

Aos meus pais, Jovelina e Ezequiel pelo amor a mim dedicado e pela criação que me tornou uma mulher de bons valores, aos meus filhos João Pedro e Gabriel Lucas, por serem parte da minha existência bênçãos de Deus materializadas. Ao meu esposo Henrique, companheiro de longa jornada que assistiu de perto minha vivência na graduação e na elaboração deste trabalho.

Aos meus queridos amigos desta graduação que espero que essa amizade perdure, a minha turma querida de 2015, Adeilma Holanda, Airuan Carvalho, Ayla Moura, Cleonice Pinheiro, Cristian Emanuel, Elisandra Cantanhede, Elizânia Cantanhede, Erick Reis, Eliane Ramira, Gilcimara Frazão, Jairo Fontenelle, Janilce Marcia, Jéssica Dias, José Jonas, Joseline Carvalho, Mayris Lisboa, Nando Marley, Rakell Rays, Raylane Ramos e Yzabela Mascarenhas.

À minha orientadora Profa. Dra. Cidinalva Nêris, toda minha admiração – professora querida, aos professores da LIESAFRO os quais abraçaram a causa da Profa.Dra. Kátia Evangelista Régis, todos profissionais engajados na história africana, à Eliana- primeira administrativa da coordenação do LIESAFRO por estar sempre disposta a nos atender, se tornou uma amiga também, a todos e todas cursistas da LIESAFRO por colaborarem com a minha pesquisa ao responderem ou não o questionário, vocês fazem parte deste trabalho, obrigada. GRATIDÃO!

Experimenta nascer preto, pobre na  
comunidade  
Cê vai ver como são diferentes as  
oportunidades  
E nem venha me dizer que isso é  
vitimismo hein  
Não bota a culpa em mim pra encobrir o  
seu racismo  
Existe muita coisa que não te disseram  
na escola  
Eu disse, cota não é esmola  
Cota não é esmola  
Eu disse, cota não é esmola  
Cota não é esmola  
Cota não é esmola  
Cota não é esmola  
Eu disse, cota não é esmola  
Cota não é esmola  
Cota não é esmola  
Cota não é esmola

(BIA FERREIRA, 2019)

## RESUMO

Esta monografia visa discutir a política de ações afirmativas para o acesso da população negra ao ensino superior no Brasil por meio da análise da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros - LIESAFRO enquanto uma ação dessa política. Sua principal função é demonstrar que tal política é de fundamental importância e necessidade para a melhoria da qualidade de existência da população negra em nosso país, que historicamente foi excluída de todos os espaços, especialmente do educacional. A incansável luta do movimento negro e a Conferência de Durban fortaleceram a discussão de políticas públicas para a população negra, pois questões raciais, como as de desigualdades raciais e as propostas de combate ao racismo não tiveram prioridade nas agendas dos Presidentes da República deste país. Assim, a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (LIESAFRO), surgiu no ano 2015 para dar aplicação a Lei 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio é aqui entendida uma importante e necessária estratégia, fruto da luta do movimento negro, para incluir a população negra no sistema educacional, mas não se resumindo a isso, pois a LIESAFRO representa um importante instrumento de transformação da sociedade brasileira na medida em que oferece uma formação de professores voltada para a desconstrução do racismo e para a construção de uma sociedade democrática como esta pesquisa conclui. A pesquisa está ancorada em uma abordagem descritiva-analítica, análise quantitativa e qualitativa, com uso de pesquisa bibliográfica e documental, questionário e entrevista online, dados do Sistema Integrado de Informações da Universidade (STI) sobre o fluxo acadêmico do curso. Tem o objetivo de relacionar evidências empíricas e teorias na busca de interpretação do problema de pesquisa e concretização dos objetivos.

**Palavra-chave:** Política de Ações Afirmativas. Ingresso no Ensino Superior. Desigualdades.

## ABSTRACT

This monograph aims to discuss the policy of affirmative action for the black population's access to higher education in Brazil through the analysis of the Interdisciplinary Degree in African and Afro-Brazilian Studies - LIESAFRO as an action of this policy. Its main function is to demonstrate that such a policy is of fundamental importance and necessity for improving the quality of existence of the black population in our country, which has historically been excluded from all spaces, especially educational. The relentless struggle of the black movement and the Durban Conference strengthened the discussion of public policies for the black population, as racial issues such as racial inequalities and proposals to combat racism did not have priority on the agendas of the Presidents of the Republic of this country. Thus, the Interdisciplinary Degree in African and Afro-Brazilian Studies (LIESAFRO), which emerged in 2015 to apply Law 10 639/2003, which establishes the mandatory teaching of "Afro-Brazilian history and culture" within the disciplines that are part of the curriculum of elementary and secondary education, an important and necessary strategy is understood here, as a result of the struggle of the black movement, to include the black population in the educational system, but not just that, because LIESAFRO. represents an important instrument for the transformation of Brazilian society as it offers teacher training aimed at deconstructing racism and building a democratic society as this research concludes. The research is anchored in a descriptive-analytical approach, quantitative and qualitative analysis, using bibliographical and documental research, questionnaire and online interview, data from the University Integrated Information System (STI) about the academic flow of the course. It aims to relate. empirical evidence and theories in the search for interpretation of the research problem and achievement of objectives

**Keyword:** Affirmative Action Policy. Entry into Higher Education. Inequalities.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1	Múltiplas desigualdades no Brasil .....	20
Gráfico 1	Quantidade de vagas ofertadas por ano na LIESAFRO entre 2015 e 2021 .....	38
Quadro 2	Quadro de vagas.....	39
Gráfico 2	Formas de ingresso na LIESAFRO no ano de 2015 .....	40
Gráfico 3	Formas de ingresso na LIESAFRO no ano de 2016 .....	40
Gráfico 4	Formas de ingresso na LIESAFRO no ano de 2017 .....	41
Gráfico 5	Formas de ingresso na LIESAFRO no ano de 2018 .....	42
Gráfico 6	Formas de ingresso na LIESAFRO no ano de 2019 .....	42
Gráfico 7	Formas de ingresso na LIESAFRO no ano de 2020 .....	43
Gráfico 8	Turmas de ingresso dos informantes .....	44
Gráfico 9	Declaração de raça/cor dos estudantes ativos da LIESAFRO .....	44
Gráfico 10	Renda familiar mensal dos estudantes ativos da LIESAFRO .....	45
Gráfico 11	Graus de correspondência entre expectativas e satisfação dos estudantes ativos da LIESAFRO.....	49
Gráfico 12	Grau de pertinência do sistema de cotas na opinião dos estudantes ativos da LIESAFRO .....	50
Gráfico 13	Expectativas dos estudantes ativos da LIESAFRO após a concluírem o curso .....	52
Gráfico 14	Status dos/as 40 ingressantes na turma de 2015 .....	53
Gráfico 15	Auto declaração étnico racial dos egressos na turma de 2015 .....	54
Gráfico 16	Situação de moradia dos egressos na turma de 2015 .....	55
Gráfico 17	Manutenção financeira egresso na turma de 2015 .....	55
Gráfico 18	Renda familiar mensal dos egressos na turma de 2015 .....	56
Gráfico 19	Atuação profissional dos egressos na turma de 2015.....	57
Quadro 3	Curso, fase do curso, Idade e autoclassificação racial .....	57
Quadro 4	Escolaridade e ocupação dos pais, renda familiar .....	58

## LISTA DE SIGLAS

CONSUN	Conselho Universitário
FNB	Frente Negra Brasileira
IF	Instituto Federal
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Trans, Queers, Intersexo, Agêneros, pessoas não binárias pansexuais por mais visibilidade
LIESAFRO	Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros
MNU	Movimento Negro Unificado
NASF	Núcleos de Apoios à Saúde da Família
NIESAFRO-UFMA	Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-brasileiros da Universidade Federal do Maranhão
NEAB	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros
PPI	Pretos Pardos e Indígenas
RF	Renda Familiar
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SM	Salário Mínimo
STI	Sistema de Tecnologia da Informação
SUS	Sistema Único de Saúde
TEM	Teatro Experimental do Negro
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>AÇÃO AFIRMATIVA PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: contextualização do problema .....</b>	<b>15</b>
<b>2.1</b>	<b>As desigualdades múltiplas que atingem a população negra no Brasil..</b>	<b>17</b>
2.1.1	Desigualdades e educação .....	20
<b>2.2</b>	<b>O negro na educação brasileira .....</b>	<b>21</b>
<b>2.3</b>	<b>A luta do Movimento Negro pela educação .....</b>	<b>23</b>
<b>2.4</b>	<b>Ação afirmativa para ingresso no ensino superior e a busca pela redução das desigualdades.....</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>AÇÕES AFIRMATIVAS PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR O QUE NA LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS .....</b>	<b>35</b>
<b>3.1</b>	<b>O curso Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro Brasileiros: uma perspectiva interdisciplinar .....</b>	<b>35</b>
<b>3.2</b>	<b>O fluxo acadêmico de ingressantes no curso de Estudos Africanos.....</b>	<b>37</b>
3.2.1	Quantidade de vaga ofertadas pelo curso de Estudos Africanos .....	38
<b>3.3</b>	<b>Perfil dos/as estudantes ativos do curso .....</b>	<b>43</b>
<b>3.4</b>	<b>Perfil dos/as egressos da primeira turma do .....</b>	<b>52</b>
<b>3.5</b>	<b>Ser cotista negra na UFMA: as trajetórias de duas estudantes cotistas da primeira turma do curso de estudos africanos .....</b>	<b>57</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>61</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>63</b>
	<b>APÊNDICE A - ENTREVISTA EGRESSOS DO CURSO DE ESTUDOS AFRICANOS-UFMA.....</b>	<b>67</b>
	<b>APÊNDICE B - ENTREVISTA ALUNOS DO CURSO DE ESTUDOS AFRICANOS-UFMA.....</b>	<b>70</b>
	<b>APÊNDICE C - ENTREVISTA COM AS COTISTAS EGRESSAS .....</b>	<b>73</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Ao ingressar na universidade aos quarenta anos de idade, tinha apenas um objetivo: ter um diploma universitário, sonho que tentei conquistar por duas vezes assim que concluí o ensino médio. Porém, não tive êxito na aprovação e meus pais, muito pobres, não tinham dinheiro para pagar outra inscrição, pois nessa época era cara e não havia outro meio para ingressar na universidade pública ao não ser pelo vestibular. Diante disso, segui outros rumos na vida: fui procurar emprego, logo após casei, tive filhos... Enfim, me dediquei à família e ao trabalho diário e, de certo modo, meu sonho ficou adormecido. Então, depois de vinte anos sem entrar em uma sala de aula, estava em um cursinho pré-vestibular gratuito, ali mesmo na UFMA, onde eu desejava tanto estudar. Deparei-me com a oportunidade de realizar meu sonho já adormecido, quando alguém foi na minha sala anunciar que iria acontecer um vestibular especial para um curso inédito, tanto na UFMA quanto no Brasil, era a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (LIESAFRO).

Por felicidade, após dedicar-me ao estudo do conteúdo do vestibular, fui aprovada. Quanta felicidade! Eu uma mulher negra de periferia, mãe, trabalhadora assalariada, estava realizando algo que já nem acreditava ser possível.

Na aula inaugural, realizada no Auditório Central da universidade, deparei-me com faixas nas quais estavam escritas palavras como: *negritude*, *mulher preta*, *quilombos*, termos esses que já tinha ouvido falar, porém, não me importavam, pois achava que não fazia parte deles e que eles não faziam parte do que me definia. Assim, percebi que estava acontecendo algo muito maior do que meu desejo de ter um diploma de graduação. Estava se abrindo diante de mim uma estrada que me colocaria em contato com minha história de uma forma como eu nunca havia imaginado, uma história que até então estava oculta para mim.

No decorrer do curso passei a perceber que atos cometidos por pessoas que estavam ao meu redor e até por mim mesma eram atos de cunho racista e preconceituoso, mas que, naturalizados, eu não os percebia dessa forma. Foi no curso de Estudos Africanos que aprendi que África é um continente, de incontável riqueza cultural, terra de grandes pensadores, ilustres autores, universidades de alto padrão, por exemplo. Também me vi como mulher preta e não parda, como

achava que eu era. Hoje sei da relevância da luta do movimento negro, que a falta de políticas públicas nas periferias deste país proporciona a exclusão, acentua as desigualdades sociais, educacionais e a marginalidade do povo negro, processos dos quais eu era mais uma vítima.

Vi na LIESAFRO a oportunidade de me tornar uma profissional e uma cidadã que faça a diferença, empenhada na construção de uma sociedade na qual a população negra tenha seus direitos respeitados e sua história conhecida e reconhecida. Igualmente conheci a Lei 12.711/2012, chamada Lei das Cotas, que eu não compreendia direito como funcionava, o que me levava até a questioná-la, e pude perceber como o país precisa desenvolver políticas públicas que compensem os incomensuráveis prejuízos que a estrutura racista de nossa sociedade vem dando ao povo negro. Nesse sentido, compreendi o quanto a lei de cotas era importante, sendo inclusive uma possibilidade para que meus filhos possam acessar a universidade. No entanto, pude compreender ainda que, uma lei que assegurava a entrada da população negra no ensino superior não era o suficiente, que não era o bastante para acabar com as desigualdades que afetam a os/os afro-brasileiras/os, especialmente pelo fato dessa lei não ser cumprida de modo a ser eficiente, como podemos notar pelo grande número de denúncias de fraudes aqui mesmo na UFMA. Mas o que sempre me chamou a atenção era a compreensão que as pessoas tinham sobre as cotas, começando por mim. Eu ouvia muitos questionamentos sobre a necessidade delas existirem. Ouvia muitos comentários que essa entrada diferenciada na universidade para estudantes negras/os, na realidade aumentava a discriminação; várias foram as vezes que escutei pessoas comentarem que não iriam concorrer por cotas por que não eram “burras”, que não era só porque eram negras que eram incapazes de entrar na universidade.

Foi exatamente movida pela vontade de compreender, ao menos um pouco mais essa problemática, que me propus a escrever em meu trabalho de conclusão de curso sobre as políticas afirmativas para a população negra. Inicialmente a proposta era analisar a percepção que estudantes do ensino médio tinham sobre as cotas para ingresso na universidade. No entanto, devido à situação pandêmica que nos assola desde o ano de 2020, teve-se que focar outro público, mantendo ainda o mesmo tema. Desse modo, o objetivo desta

monografia é analisar a execução da política de ações afirmativas para a população negra brasileira na universidade Federal do Maranhão através da Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros- LIESAFRO. Para atingir tal objetivo focou-se especificamente na política de ações afirmativas para ingresso no ensino superior, excluindo-se outros espaços nos quais são adotadas ações afirmativas voltadas para essa mesma população a exemplo do mercado de trabalho. Assim, de forma específica buscou-se analisar a questão racial no Brasil que motivou a luta do movimento negro pelo estabelecimento de ações compensatórias à população negra, o que se deu através da criação da reserva de vagas destinadas a essa população no sistema educacional, mais especificamente na Educação Superior. E compreender a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros criada pela Universidade Federal do Maranhão como uma dessas ações que compõem a política de ações afirmativas para a população negra.

Teoricamente a pesquisa está fundamentada nos debates sobre racismo, desigualdade, e política de ações afirmativas, através do quais pretendemos fundamentar nossa compreensão de que as ações afirmativas para ingresso no ensino superior é um direito da população negra, um dever e uma dívida do Estado brasileiro e não um favor, e que a LIESAFRO representa uma importante ação que ultrapassa as barreiras do sistema educacional, tendo o potencial de promover transformações na estrutura racista da sociedade brasileira, na medida em que oferece uma formação de professores fundamentada numa educação antirracista e emancipatória, capaz de promover a justiça curricular (REGIS; NERIS, 2019)

Desse modo, as/os principais autoras/es com os quais dialogamos foram: Abdias do Nascimento (2004), Georgina Helena Lima Nunes (2019), Kabengele Munanga (2001), Luiz Augusto Campos (2012), Nilma Nilo Gomes (2017), Alberto Oliveira Gonçalves e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2000), Petrônio Domingues (2005); Sales Augusto dos Santos (2014).

Metodologicamente a pesquisa está fundamentada em procedimentos quantitativos e qualitativos. Foram aplicados questionários online para dois públicos: estudantes ativos da LIESAFRO e egressos da primeira turma; deste último público, foram realizadas entrevistas com duas estudantes que ingressaram

no curso por meio das cotas. Uma para estudantes de escola pública com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimos PPI (Pretos, Pardos e Indígenas) e a outra ingressou nas cotas para estudantes de escola pública com renda superior a 1,5 salários mínimos PPI (Pretos, Pardos e Indígenas). Outra fonte foram os dados fornecidos pelo STI da UFMA sobre o ingresso de estudantes no curso de Estudos Africanos e documentos recolhidos no site da universidade.

Além disso, foram analisados dados estatísticos sobre as cotas no país, dados populacionais sobre as situações de desigualdade que afetam a população negra no Brasil, sobre o ensino superior no Brasil e pesquisa bibliográfica sobre as políticas de ações afirmativas e o próprio curso de Estudos Africanos.

Esta monografia está dividida em três partes: 1. Introdução, na qual apresenta-se as justificativas da realização do estudo; 2. ação afirmativa para ingresso no ensino superior e a questão racial no Brasil: contextualização do problema, na qual é feita uma análise histórico-social das desigualdades que marcam a vida da população negra no Brasil e que justificam a necessidade e a obrigatoriedade de uma política de ações afirmativas voltada para a correção dessas desigualdades. Aqui discorre-se sobre as desigualdades e educação; o negro na educação brasileira; a luta do Movimento Negro pela educação; das Ações afirmativas para ingresso no ensino superior e a busca pela redução das desigualdades. Na terceira parte Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Maranhão: uma política de ações afirmativas para a população negra brasileira, analisa-se o curso Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro Brasileiros desde sua criação. Para isso analisa-se sua proposta pedagógica, como ele se estrutura e coloca em prática seu PPP, o fluxo acadêmico de ingressantes do curso, tanto dos ativos quanto dos egressos; o perfil dos integrantes da primeira turma do curso; as expectativas de ativos e egressos e o grau de satisfação dessas expectativas, tanto de ativos quanto de egressos; e por fim, analisamos as experiências de duas egressas da primeira turma que entraram como cotistas negras. A escolha das duas estudantes deu-se pela história de vida de ambas. Além disso, dado o tempo disponível para realização desta pesquisa, não seria possível incluir mais sujeitos.

## **2 AÇÃO AFIRMATIVA PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR E A QUESTÃO RACIAL NO BRASIL: contextualização do problema**

Neste capítulo será discutida a política de ações afirmativas para o acesso da população negra ao ensino superior no Brasil. Sua principal função é demonstrar que tal política é de fundamental importância e necessidade para a melhoria da qualidade de existência da população negra em nosso país, que historicamente foi excluída de todos os espaços, especialmente do educacional. Para isso discutiremos, inicialmente sobre as desigualdades que afetam a população negra; depois apresentamos como historicamente esta população foi excluída do sistema educacional brasileiro; depois apresentamos a luta do movimento negro pela conquista do direito à educação; e contextualizaremos o surgimento das políticas de ações afirmativas e o debate em torno de seu caráter racial ou social.

Pincelando um breve quadro das Ações Afirmativas, compreenderemos que elas não são uma experiência recente em sociedades democráticas e que vêm sendo desenvolvidas em diversos países. Compreendemos também que têm diversos sentidos, objetivos e formas de serem executadas. Assim, as ações afirmativas podem assumir diversas formas, como afirma MOEHLECKE (2002, p. 199): “Ações voluntárias, de caráter obrigatório, ou uma estratégia mista; programas governamentais ou privados; leis e orientações a partir de decisões jurídicas ou agências de fomento e regulação”. Seu público-alvo é definido pelas situações, estando voltado para os chamados grupos minoritários, como: minorias étnicas, raciais, mulheres, população LGBTQIA+. Os principais espaços nos quais essas ações são desenvolvidas são: educação (acesso ao ensino superior), mercado de trabalho (contratação, qualificação e promoção) e representação política (MOEHLECKE, 2002).

Como é sabido, os anos de escravidão lesaram em demasia a população negra, tendo seu início no século XVI, com o comércio de africanos, essa prática, forçou uma migração de negros para as Américas, tirando-os de suas famílias, suas terras, suas culturas, forçando-os a serem mão de obra escrava. Esse comércio trouxe aproximadamente cinco milhões de africanos para terras brasileiras.

Com o fim da escravidão os negros escravizados foram excluídos de qualquer processo de inserção na sociedade brasileira ficando à margem dos direitos como cidadãos. Sem terra para plantar, sem indenização por trabalhos forçados, analfabetos, sem direito à escola, vítimas de preconceito, muitos continuaram nas fazendas nas quais viviam trabalhando em troca da sobrevivência; os que migraram para as cidades, passando a habitar nas periferias, ficaram nos subempregos e na informalidade, aumentando o número de ambulantes, empregadas domésticas e trabalhadores subalternos, sem qualquer tipo de auxílio ou garantia do poder público.

O preconceito, a discriminação e a ideia de que o negro só servia para trabalhos duros, deixaram sequelas que perduram até os dias atuais. Vítimas da exclusão educacional e social é relevante apontar o papel que os negros exerceram para a construção da sociedade e da formação histórica do Brasil. Também expor as conquistas e a proteção que a Constituição Federal possibilitou àqueles que eram considerados desiguais, a partir de conceitos como igualdade, políticas públicas e justiça distributiva, como as políticas de ações afirmativas que objetivam possibilitar aos grupos discriminados e excluídos um tratamento diferenciado para reparar as desvantagens oriundas do racismo e de outras formas de discriminação. Um dos meios que visa diminuir as desigualdades são as cotas raciais instituídas pelas universidades públicas, onde fica assegurada a reserva de vagas para estudantes que se declararem negros, pardos ou indígenas.

Conforme apresenta Campos (2012, p. 19) a desigualdade racial é uma característica marcante da sociedade brasileira, que “ora aparece na controvérsia atrelada a um caráter discriminatório e racista da sociedade, ora vinculada a um passado escravocrata cujos efeitos perniciosos não foram totalmente suplantados”. A distinção entre essas duas perspectivas das desigualdades e sua causalidade é muito tênue e, independentemente de qualquer que seja sua motivação, a desigualdade racial deixa marcas e feridas em suas vítimas e são injustificáveis. Para além disso, “[...] é preciso notar que a desigualdade racial, independentemente de sua causa, apresenta-se na controvérsia como uma prova de realidade em si, pois sua menção isolada já é suficiente para justificar uma tomada de posição na controvérsia” (CAMPOS, 2012 p.14). Dito de outra forma, muitos artigos defenderam as ações afirmativas raciais para negros apenas se

baseando na constatação de que a desigualdade no Brasil possui uma orientação racial (ALBERTI; PEREIRA, 2006).

## **2.1 As desigualdades múltiplas que atingem a população negra no Brasil**

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, onde a pobreza é naturalizada, e uma parcela da população é excluída de direitos constitucionais básicos como saúde, educação, moradia e renda, por exemplo. Por conta dessa exclusão o acesso à bens e serviços não chegam a essa parte da população, pois o que é simples para alguém ir a um supermercado ou a uma loja de roupas para outras pessoas é praticamente impossível.

Para se desnaturalizar a desigualdade tem que haver conscientização de uma série de injustiças, colocadas pelo poder político e por privilégios da elite, e que podem ser revertidos por meio de políticas públicas com apoio de lutas democráticas coletivas como as de acesso à renda e a educação como nos diz:

Estamos falando de milhões e milhões de pessoas. Entre 2002 e 2015 foram 12 milhões de famílias negras cujos pais e mães passaram a ter ensino fundamental completo, 22 milhões de lares a ter acesso água de qualidade, 24 milhões de domicílios a possuir geladeira. Não tinham e passaram a ter. (CAMPELLO et al., 2017, p.7).

Os autores escolheram esse recorte de ano por ser um período que teve um conjunto de decisões políticas dentro das esferas social e econômica visando a redução da pobreza e da desigualdade no país produzidas durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff das quais podemos citar: ampliação da renda, o que possibilitou a valorização do salário, a criação de empregos, benefícios assistenciais e do Bolsa Família, que tiveram como consequência o crescimento do mercado interno, a expansão dos investimentos em infraestrutura, criada para ir até as periferias, nos bairros operários e no campo benefício como água potável, saneamento e energia.

Já o atual governo, que é autoritário e antidemocrático, trazendo preocupantes retrocessos como perdas de direitos da população mais pobre, falta da rede de proteção social e a manutenção de privilégios da elite, deixam o país mais desigual gerando suas consequências como problemas com a segurança, o aumento da criminalidade e a miséria.

Países mais desenvolvidos têm na educação parte das suas políticas sociais, promovendo assim mais oportunidades para seus cidadãos e cidadãs contribuindo para o desenvolvimento econômico e diminuindo ou erradicando as desigualdades.

Em 2002, o desafio era manter o aluno na escola com oferta de ensino de qualidade e proporcionar progressão escolar o que levou muitos jovens chegarem na idade certa ao ensino médio.

O programa Bolsa Família, viabiliza a permanência da criança e do jovem da família assistida na escola pois a transferência da renda está condicionada à frequência do menor na escola. Indicadores como aumento do número de jovens no ensino médio na idade certa; Acesso ao ensino superior; Pais e mães completando o ensino fundamental, permitiram aos mais pobres a redução das desigualdades em educação. No ensino superior devido as políticas de acesso e permanência nas duas últimas décadas o número de pessoas mais pobres aumentou, programas como Enem, Sisu, ProUni, Fies, Lei de Cotas e ReUni, contribuíram para um crescimento efetivo, porém ainda pequeno, as universidades públicas continuam sendo um espaço elitizado.

A população negra representa mais da metade de habitantes deste país, e dentre os mais pobres incluído brancos e negros 70% são negros, o que a deixa fora do acesso a direitos. Com a ampliação de renda das famílias mais pobres, adolescentes concluindo o ensino fundamental, ingressando no ensino médio e fora do trabalho infantil, muitos negros conseguiram acessar o ensino superior, como já foi dito antes os programas de extensão de vagas nas universidades públicas como privadas, políticas afirmativas e de permanência entre outras foram significantes para promoverem este acesso. No que diz respeito à serviços de infraestrutura como água, esgotamento sanitário e energia elétrica, serviços promovidos pelo Estado e historicamente encontrados nas regiões mais valorizadas. Nos três serviços é notável a forma desigual de distribuição nos domicílios de famílias negras e brancas.

No caso do escoamento sanitário, o acesso em 2002 atingia 43,8 milhões de negros e negras; e passa em 2015 para 81,3 milhões. São 37,5 milhões de novos cidadãos negros com acesso a um serviço determinante para a melhoria das condições ambientais, de saúde e de pleno desenvolvimento. Seria o equivalente a colocar rede de esgoto para metade da população da França. (CAMPELLO et al., 2017, p. 27).

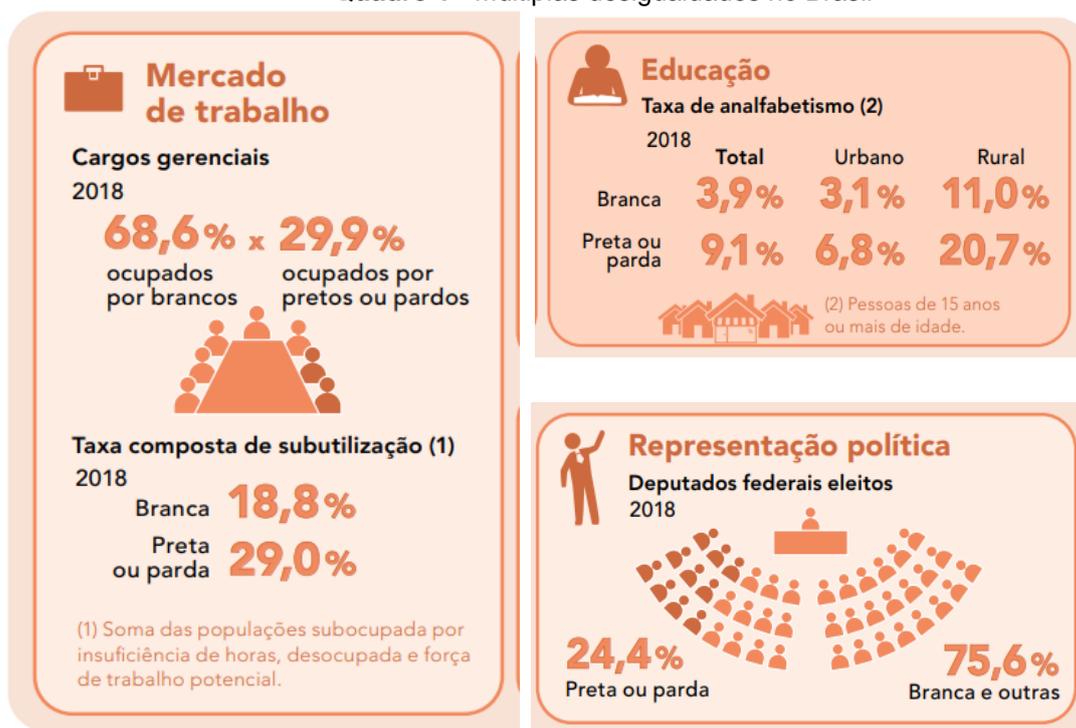
No aspecto saúde programas como Mais Médicos, Núcleos de Apoios à Saúde da Família (NASF), Consultórios de Rua, Unidades Fluviais de Saúde, Unidades Moveis de Saúde Bucal, Política Nacional de Saúde Integral da População Negra entre outros associados ao SUS, também o programa Bolsa Família em que mães tem que assegurar atendimento médico aos seus filhos criaram mais assistência medica à camada mais pobre da população.

Houve uma queda na pobreza multidimensional entre os negros, devido a inclusão dos milhões de pobres, que em sua maioria negros, resulta na queda da desigualdade racial é reduzida de aproximadamente 15% para 1,5%. Ao direcionar as múltiplas políticas públicas e priorizar os pobres, alcançamos também a grande maioria de negros excluídos de direitos e acesso a serviços e bens. Infelizmente, este processo de inclusão não foi acompanhado da redução da carga de discriminação, racismo e violência. (CAMPELLO et al., 2017, p. 36).

No período avaliado, tivemos grandes avanços para o combate à desigualdade, os mais pobres foram assistidos com programas assistenciais, no âmbito da educação, saúde, moradia, infraestrutura entre outros que levaram a mudanças significativas na vida dos mais pobres que levaram superação de problemas como fome, miséria, mortalidade infantil, valorização da educação e conseqüentemente do crescimento do país. No entanto, essas melhorias não atingiram os diferentes grupos populacionais. Como veremos a seguir, a população negra continua a ser marcada pelas diversas desigualdades em nosso país.

Os dados abaixo representam as más condições de existência da população negra no Brasil. Como podemos ver, ela tem maiores dificuldades para ingressar no mercado de trabalho; quando adentram, ocupam os postos menos prestigiados e mal remunerados; representam a maior taxa de desocupação e são a maioria no chamado trabalho informal. Essa situação no mercado de trabalho é um reflexo da exclusão da população negra do sistema de educação formal e, ao mesmo tempo, é alimentada exatamente por tal exclusão. Essas exclusões resultam e somam-se aos elevados índices de violência que afeta negros e negras nas estatísticas sobre a violência no Brasil, revelando o grave quadro do genocídio da população negra presente no país.

Quadro 1 - Múltiplas desigualdades no Brasil



Fonte: IBGE, 2019.

A qualificação profissional é um fator determinante na renda familiar, para isso é preciso facilitar o acesso à educação e ao capital humano elevando a escolaridade média dos mais pobres, possibilitando o acesso ao trabalho de boa qualidade, com políticas que combatem o preconceito de gênero e de raça no mercado de trabalho, que causam diferenças de remuneração em atividades semelhantes. Reduzindo a desigualdade educacional da força de trabalho e, por conseguinte, a desigualdade de rendimentos do trabalho.

A renda do trabalho das famílias é diretamente determinada pela qualificação dos membros ocupados pelo acesso ao trabalho – isto é, pela oportunidade que os trabalhadores têm para utilizar suas qualificações; e pela qualidade dos postos de trabalho a que têm acesso. Assim, para que se alcance maior igualdade é preciso promover um acesso mais equitativo à educação e a outras formas de capital humano, ampliar o acesso ao trabalho de boa qualidade e reduzir imperfeições no funcionamento do mercado de trabalho que levem à persistência de grandes diferenças de remuneração entre trabalhadores com produtividade similar (BARROS; FOGUEL; ULYSSEA, 2006, p. 11).

### 2.1.1 Desigualdades e educação

No Brasil, o analfabetismo é ainda um dos grandes problemas sociais a serem enfrentados para a construção da cidadania plena. Segundo definição

internacional, o grau de analfabetismo de uma população é medido pela taxa de pessoas com quinze anos ou mais que não sabem ler e escrever um bilhete simples. Para verificar a evolução e as desigualdades quanto a esse problema, além da taxa de analfabetismo, é necessário conhecer quem, quantos são e onde estão os analfabetos (CASTRO, 2009).

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2019), o analfabetismo está diretamente associado à idade. Com isso, a proporção de analfabetos é maior no grupo populacional de idade mais avançada. Em 2019, eram quase 6 milhões de analfabetos com 60 anos ou mais, o que equivale a uma taxa de analfabetismo de 18% para esse grupo etário. A taxa de analfabetismo das mulheres de 15 anos ou mais, em 2019, foi de 6,3%, enquanto a dos homens foi de 6,9%. Em relação a 2018, essa taxa caiu 0,3 p.p. para as mulheres e 0,1 p.p. para os homens” (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2020).

Quando focamos nas categorias analíticas cor ou raça, percebemos o quanto a diferença é ainda mais gritante a magnitude da diferença entre pessoas brancas e pretas ou pardas. Em 2019, 3,6% das pessoas de 15 anos ou mais de cor branca eram analfabetas, percentual que se eleva para 8,9% entre pessoas de cor preta ou parda (diferença de 5,3 p.p.). No grupo etário de 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo das pessoas de cor branca alcançou 9,5% e, entre as pessoas pretas ou pardas, chegou a 27,1%. Comparando-se os dados de 2019 com 2016, nota-se uma queda de 2,1 p.p. para pessoas de cor branca e de 3,6 p.p. para pretas e pardas (AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS, 2020).

## **2.2 O negro na educação brasileira**

Como já mencionado, durante o período escravocrata no Brasil os escravizados não eram sujeitos de direitos. Situação que se mantém pós-abolição, inclusive no âmbito educacional. Podemos entender essa situação como uma das estratégias da elite dirigente, que era branca, para dificultar à população negra o alcance da condição de cidadão brasileiro, mecanismos que podemos notar na primeira constituição do país em 1824 a qual, em seu artigo 94, inciso II, cria meios de impedir que a população negra tivesse acesso a direitos básicos como, por exemplo, o de votar e de ser votado; os impedindo de participar do sistema formal

de ensino, uma vez que, na definição de cidadão brasileiro o negro não era contemplado e, ensino era exclusivo aos cidadãos brasileiros, visto que, a grande maioria dos escravos era de origem africana e segundo o Art. 6. da Constituição eram cidadãos brasileiros:

- I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
- II. Os filhos de pai Brasileiro, e Os illegitimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem estabelecer domicilio no Imperio.
- III. Os filhos de pai Brasileiro, que estivesse em paiz estrangeiro em sorviço do Imperio, embora elles não venham estabelecer domicilio no Brazil.
- IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.
- V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalização (BRASIL, 1924, p. 2).

Além disso, no Ato 2 - Lei complementar à constituição de 1824, ao que ser referente à educação, registra expressamente a proibição do negro se frequentar a escola: 'pela legislação do império os negros não podiam frequentar escolas, pois eram considerados doentes de moléstias contagiosas' (SANTOS, 2016).

Na década de 1850, o Decreto nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 confirmou a exclusão da população negra do sistema escolar ao regulamentar o ensino primário e secundário da Corte. Assim, define em seu Art. 69 que: "Não serão admittidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas: § 1º Os meninos que padecerem molestias contagiosas § 2º Os que não tiverem sido vaccinados. § 3º Os escravos." (BRASIL, 1854, p. 16).

Em 1878 pelo Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878 são criados os cursos noturnos para adultos nas escolas públicas de instrução primaria do 1º grau do sexo masculino do município da Côrte, mas só podia se matricular pessoas do sexo masculino, maiores de 14 anos, livres ou libertos, saudáveis e vacinados, o que determinava das mulheres e escravos (BRASIL, 1978).

Segundo Hilsdorf (2003) a década de 1870, marcada pela Lei do Ventre Livre, os Liberais de mobilizaram por transformações na sociedade, como podemos ver em alguns marcos como O Manifesto Republicano de 1870 e a aprovação da

Lei do Ventre Livre em 1871 são alguns desses marcos. Esse movimento também ocorreu no âmbito da educação, criando assim, “um ambiente social e cultural rico não só em debates e polêmicas que discutiam a educação necessária para realizar o país moderno e livre, como também em iniciativas e realizações que encaminham um intenso movimento de escolarização da sociedade brasileira” (HILSDORF, 2003, p. 50).

Através das informações aqui apresentadas buscou-se expor como a população negra foi sendo alijada do direito ao acesso à educação no decorrer de nossa história de modo que, quando chegou a tão sonhada abolição da escravatura, essa vasta população não tinha a mínima condição de ingresso no mercado de trabalho, por exemplo.

### **2.3 A luta do Movimento Negro pela educação**

O Movimento Negro no Brasil surgiu durante o período escravagista e tem como um dos seus líderes Zumbi dos Palmares - líder do Quilombo dos Palmares. Os escravizados utilizavam-se da quilombagem – ato de aquilombar-se para rebelar-se contra a escravidão.

Nos primeiros anos do século XX, a resistência negra começa a reunir-se em centros de associações: carnavalescas, literárias entre eles surge em 1916, periódico que é considerado a primeira fase da Imprensa Negra Paulista, o primeiro jornal direcionado à população negra chamado *O Menelick*, discute a vida da população negra em geral e promove assuntos interessantes à época, infelizmente por falta de recursos, chegou ter apenas duas edições, mas abriu caminho para vários outros periódicos com o mesmo tema e também na luta pela cidadania, educação para os/as negros/as contra o preconceito e a desigualdade social. Alguns jornais circulavam na época na cidade de São Paulo: O Alfinete, O Kosmos, O Progresso, O Clarim d’Alvorada e outros. Em geral, eram ligados a entidades ou constituíam eles mesmos uma entidade autônoma, como foi o caso do Clarim d’Alvorada, veículo pelo qual o militante Correia Leite, entre outros, fez passar suas ideias sobre o destino da raça negra (GONÇALVES; SILVA, 2000).

Nos anos 1930, em São Paulo, foi criado um dos mais relevantes grupos do movimento negro brasileiro, a Frente Negra Brasileira, que já nasceu com um

programa preestabelecido de luta e objetivava conquistar posições para negros e negras em todos os setores da sociedade brasileira. A FNB como era conhecida a Frente Negra Brasileira estendeu-se por vários estados como Rio de Janeiro, Pernambuco, Rio Grande do Sul entre outros, e chegou a atingir um número significativo de vinte mil sócios. Desenvolveu trabalhos socioeducativo, cultural e na área da saúde com atendimento médico e odontológico, cursos de formação política, arte e ofícios e publicou o periódico *A Voz da Raça* (1933-1937). Na área da educação, Raul Joviano do Amaral, na época presidente desta entidade, elaborou uma proposta ousada de educação política com os seguintes objetivos: agrupar, educar e orientar (GONÇALVES; SILVA, 2000). Criou uma escola que só no curso de alfabetização atendeu cerca de 4.000 alunos, a escola primária e o curso de formação social atenderam 200 alunos. A maioria era de alunos negros, mas aceitavam-se também alunos de outras raças. O curso primário foi ministrado por professores formados e regularmente remunerados. Outros cursos foram assumidos por leigos e não remunerados (PINTO, 1994, p. 242).

Nos jornais da imprensa negra paulista entre a década de 20 e 30 encontram-se artigos que incentivam o estudo, ressaltam a importância de habilitar-se para o trabalho, divulgam escolas ligadas a entidades negras com intuito de colocar serviços educacionais que poderiam lhe ser úteis. Há também mensagens de incentivo aos pais para levarem seus filhos à escola e aos adultos para continuarem ou iniciarem cursos, principalmente os de alfabetização. O saber ler e escrever é visto como uma ponte para uma melhor condição social, ou seja, para encontrar uma situação econômica segura, e também para poder ler e interpretar leis e assim poder fazer valer seus direitos. Um dos colaboradores dessa imprensa, Antunes Cunha, avalia que o jornalismo negro, real instrumento de luta dos afrodescendentes na primeira metade do século XX, tenha se constituído em “fator importante na educação e desenvolvimento do povo negro” (CUNHA, 2000).

O Movimento Negro é entendido como as mais diversas formas de organização e articulação das negras e dos negros politicamente posicionados na luta contra o racismo e que visam à superação desse perverso fenômeno na sociedade. Participam dessa definição os grupos acadêmicos, culturais, religiosos e artísticos com o *objetivo explícito* de superação do racismo e da discriminação racial de valorização e afirmação da história e da cultura negras no Brasil, do rompimento das barreiras racistas impostas aos negros e negras na ocupação do diferentes espaços e lugares na sociedade (GOMES, 2017, p. 46).

Como bem destaca Gonçalves e Silva (2000, p.144) a maioria dos membros da diretoria da frente negra teve uma educação política baseada em curso de formação social, e seu currículo baseava-se em aulas de história, educação moral e cívica e conhecimentos gerais, eram reuniões onde se falava da história do negro brasileiro para combater a história oficial.

Em 1936 a FNB organizou um partido político que fora dissolvido com a chegada do Estado Novo. Nos anos 1970, como instrumento de conscientização da sociedade grupos que debatem a questão racial, desenvolvem trabalhos significativos, promovendo manifestações, palestras etc. como instrumento de conscientização da sociedade destacando as graves e diversas desigualdades entre brancos e negros, que causam impacto na inserção da população negra na sociedade brasileira em diferentes áreas e implicando no projeto de construção de um país democrático e com oportunidades para todos.

Em 1944, Abdias do Nascimento, após deixar a prisão por realizar protestos contra a discriminação racial, apouquentado com a falta de atores negros na dramaturgia brasileira, criou o Teatro Experimental do Negro -TEN, onde proporcionou a representação negra na cultura nacional.

Teríamos que agir urgentemente em duas frentes: promover, de um lado, a denúncia dos equívocos e da alienação dos chamados estudos afro-brasileiros, e fazer com que o próprio negro tomasse consciência da situação objetiva em que se achava inserido. Tarefa difícil, quase sobre-humana, se não esquecermos a escravidão espiritual, cultural, socioeconômica e política em que foi mantido antes e depois de 1888, quando teoricamente se libertara da servidão. A um só tempo o TEN alfabetizava seus primeiros participantes, recrutados entre operários, empregados domésticos, favelados sem profissão definida, modestos funcionários públicos – e oferecia-lhes uma nova atitude, um critério próprio que os habilitava também a ver, enxergar o espaço que ocupava o grupo afro-brasileiro no contexto nacional. (NASCIMENTO, 2004, p. 211).

O movimento negro como a FNB – Frente Negra Brasileira, no início do século XX lutava pela questão de raça, igualdade racial e social, colocação no mercado de trabalho, acesso à educação nos anos iniciais do ensino fundamental. Nos anos 1940/1950 a aproximação de intelectuais com o movimento negro com suas ideias sobre temas como a negritude, como pensado por Aimé Cesaire, Senghor, Léon Damas; suas denúncias acerca do racismo desenvolveram possibilidades de novas perspectivas para a juventude negra, ajudaram na luta contra o racismo e abriram demandas na educação e acesso ao ensino médio e

superior ficaram em destaque, desde então até os dias atuais nas pautas de reivindicações.

Já no final dos anos 40 e início dos anos 50, essas alianças tiveram um tom acadêmico mais explícito. O encontro de intelectuais e militantes negros visava produzir conhecimento crítico acerca da situação dos afrodescendentes no Brasil. Foi neste movimento que pesquisadores como Guerreiro Ramos, Roger Bastide, Florestan Fernandes e outros se aproximaram das organizações negras e inauguraram, de certa forma, estudos que denunciavam o nosso paraíso racial (GONÇALVES; SILVA, 2000.p 147).

Nos anos 1970 foram realizados importantes trabalhos por grupos que discutiam a questão racial através da realização de manifestações e palestras as quais representavam importantes instrumentos de conscientização social ao destacarem as graves e diversas desigualdades entre brancos e negros e reclamarem por igualdade de direitos buscando a inserção do povo negro em diferentes partes da sociedade brasileira. Em 1978 o Movimento Negro Unificado – MNU, apresentou o Manifesto Nacional do Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, em 4 de novembro de 1978, onde expõe a luta contra o racismo, estabelece o dia da consciência negra, explica os séculos da história dos negros no Brasil e propõe combate ao racismo.

O Movimento tornou-se um grande marco para o MN brasileiro, principalmente por ter firmado toda a militância negra no Brasil, que vinha se consolidando desde o início de 1970. A partir do Ato Público, o cenário do ativismo negro brasileiro mudou significativamente; agora, era possível ver nas ruas das capitais passeatas, marchas, protestos, contra o racismo. Além disso, também a mídia contribuía para a divulgação de protestos verbais feitos por militantes negros (GONZALEZ; HASENBALG, 1982 apud CIVIERO, 2020, p. 61).

Um dia marcante na luta do movimento negro deu-se na data de 20 de novembro de 1995, em Brasília-DF, com a realização da Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania e a vida, ato responsável por levar o debate da questão racial brasileira, cada vez mais, para os limites do Estado brasileiro.

Evento organizado para reafirmar a luta dos afro-brasileiros contra o racismo e as desigualdades raciais e exigir, de modo emergencial, políticas públicas para a população negra, contou com a participação de mais de trinta mil participantes. Pode-se observar a importância política da marcha sob várias perspectivas. Uma delas é a receptividade das lideranças dos movimentos negros pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, no Palácio do

Planalto. As vozes que reivindicavam, fortaleceram denúncias de racismo e da discriminação racial fazendo com que o governo tomasse providências colocando propostas em um programa de superação do racismo e das desigualdades raciais evidenciando políticas universalistas como de ações valorativas e de ações afirmativas, entre elas:

- ✓ Recuperação, fortalecimento e ampliação da escola pública, garantia de boa qualidade;
- ✓ Implementação da Convenção Sobre Eliminação da Discriminação Racial no Ensino;
- ✓ Monitoramento dos livros didáticos, manuais escolares e programas educativos controlados pela União;
- ✓ Desenvolvimento de programas permanentes de treinamento de professores educadores que os habilite a tratar adequadamente com a diversidade racial, identificar as práticas discriminatórias presentes na escola e o impacto destas na evasão e repetência das crianças negras;
- ✓ Desenvolvimento de programa educacional de emergência para a eliminação do analfabetismo. Concessão de bolsas remuneradas para adolescentes negros de baixa renda para o acesso e conclusão do primeiro e segundo grau [atuais ensinos fundamental e médio, respectivamente (SANTOS, 2010, p. 50 apud EXECUTIVA NACIONAL DA MARCHA ZUMBI, 1996, p. 24-25)

A Marcha Zumbi dos Palmares evidenciou as propostas para a área de educação, segundo os princípios das políticas universalistas, valorativas e de ação afirmativa. Políticas de ação afirmativa, conjugadas com políticas que visam beneficiar a população negra, devem caminhar em paralelo com as políticas universalistas, são possíveis modos para que as distâncias entre as populações branca, negra (preta e parda) e indígena, no ensino superior, possam ser menos evidenciadas.

#### Algumas conquistas do Movimento Negro

- ✓ criação do Dia da Consciência Negra (20 de novembro);
- ✓ Lei 10.639/2013, que inclui a comemoração do Dia da Consciência Negra no calendário escolar, trazendo a discussão da história e da cultura afro-

brasileiras, além da valorização dos africanos e afro-brasileiros nos currículos escolares da rede pública de ensino;

- ✓ Lei 12.711/2012, que criou as cotas para ingresso em cursos superiores, aos poucos difundidas nas maiores universidades do país, sejam elas federais, estaduais ou até mesmo privadas;
- ✓ Criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), em março de 2013;
- ✓ Diversas ações afirmativas de combate à discriminação racial por meio de transformações culturais e políticas de representatividade.

Como é possível perceber, os números comprovam que as conquistas alcançadas em prol da população negra, principalmente no Brasil, ainda são muito tímidas. O Movimento Negro no Brasil ainda luta para que se cumpra o plano de ação da ONU, de 2001, em combate ao Racismo, à Discriminação Racial, à Xenofobia e à Intolerância Correlata, além das propostas das Conferências de Promoção de Igualdade Racial de 2005 e 2009, promovidas pelo próprio Governo Brasileiro (ABRANTES, 2018).

A luta incansável do movimento negro e a Conferência de Durban fortaleceram a discussão de políticas públicas para a população negra, pois questões raciais, como as de desigualdades raciais e propostas de combate ao racismo não tiveram prioridade nas agendas dos Presidentes da República deste país. Nos últimos quinze anos, os debates tiveram um crescimento razoável, tanto político quanto acadêmico.

Segundo Gomes (2017), setores deste movimento concluem que para que ele continue avançando é necessário refletir, propor, realizar e garantir a realização de políticas públicas governamentais ou não, que atendam a população negra. Neste sentido posições contra e a favor de ação afirmativa ação compensatória política de cotas e discriminação positiva integram uma discussão atual e revitalizada no centro do movimento negro.

Segundo Werneck (2005) ações do Estado contra o racismo também não ocorreram por sua própria iniciativa.

Embora o escopo legal que devesse balizar a luta pela concretização da igualdade nas condições de vida entre brancos e negros não tenha sido suficiente para reverter o quadro histórico de desigualdades raciais, foi somente com o reconhecimento por parte do Estado do racismo como mantenedor de relações de opressão e inferiorização da população negra,

em 1995, e o acontecimento da Conferência de Durban que ações concretas de combate ao racismo e a desigualdade foram adotadas. (WERNECK, 2005 apud MARQUES JUNIOR, 2017, p.37).

O movimento negro, sempre esteve à frente das demandas de educação, pois considera que só por meio desta a população negra poderá ter acesso de forma igualitária ao lazer cultura entre outras políticas públicas. As questões raciais ou as desigualdades raciais e as propostas de combate ao racismo não tiveram prioridade nas agendas dos presidentes FHC e Lula. No Brasil, nos últimos 15 anos os debates tiveram um crescimento razoável, tanto no político quanto no acadêmico. A luta incessante do movimento, negro e a Conferência de Durban fortaleceram a discussão de políticas públicas para a população negra, apenas no século XXI a questão racial foi incluída na agenda nacional brasileira, dessa forma podemos afirmar que todas as políticas públicas voltadas à população negra foram frutos de suas lutas e não de proposições vindas do Estado.

#### **2.4 Ação afirmativa para ingresso no ensino superior e a busca pela redução das desigualdades**

A educação superior no Brasil, até pouco tempo, foi privilégio de pessoas brancas, classes médias e altas, filhos de pais também com ensino superior. Quando houve reivindicações para a democratização do acesso a esse nível de ensino, encontrou-se fortes resistências dessas pessoas e setores como a mídia nacional, instituições e intelectuais com visões elitistas que se mobilizaram e condenaram massivamente em seus canais de comunicação as cotas e outras ações afirmativas. Depois de longos anos de protestos do movimento negro e de intelectuais ligados às questões sociais e raciais foi aprovada a Lei 12.711/2012 que trouxe acesso ao ensino superior para a população negra abrindo caminhos para o combate às desigualdades e gerando oportunidades de ascensão, representando conquistas fundamentais. Porém essa lei não é divulgada, não é levada àqueles a qual se destina, há muitas pesquisas e estudos sobre ações afirmativas, permanência dos cotistas e políticas de cotas, porém resistências continuam fazendo com que um direito conquistado seja tratado como uma oferta.

Para Gomes (2001, p. 40), as políticas de ações afirmativas configuram:

[...] um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego.

A expressão "ação afirmativa" foi criada pelo presidente dos Estados Unidos, J. F. Kennedy, em 1963, significando "um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate da discriminação de raça, gênero etc., bem como para corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado" (GOMES, 2001, p. 40). No entanto, é mister contextualizar o seu surgimento. As ações afirmativas não foram dadas pela elite branca dos Estados Unidos; pelo contrário, elas foram conquistadas pelo movimento negro daquele país, após décadas de lutas pelos direitos civis (DOMINGUES, 2005).

Medidas de ação afirmativa não se destinam a produzir igualdade geral, nem constituem um programa de ação à pobreza. [...] Medidas de ação afirmativa visam promover igualdade intergrupo interracial ou interétnico ou intersexo e quando implantadas de forma eficaz, elas são um instrumento útil para a dessegregação de elites (DARITY; DESHPANDE; WEISSKOPF, 2011).

Segundo a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR, 2013, p.11):

Ações afirmativas definem um conjunto de ações que, em articulação com outros órgãos governamentais, visa formular projetos específicos de empoderamento de grupos discriminados, com especial atenção para as mulheres e a juventude negras, garantindo o acesso e a permanência desses públicos nas mais diversas áreas (educação, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, direitos humanos e outros).

Para Gomes (2001), as ações afirmativas consistem em políticas públicas e também privadas voltadas a concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade de origem nacional e de compleição física. Impostas ou sugeridas pelo estado, por seus entes vinculados e até mesmo por entidades puramente privadas, elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade. (SALES, 2020, em live canal NIESAFRO, Youtube).

Ainda também, segundo Gomes (2001, p. 6-7), os objetivos das ações afirmativas são: induzir transformações de ordem cultural, pedagógica e psicológica, visando a tirar do imaginário coletivo a ideia de supremacia racial *versus* subordinação racial e/ou de gênero; coibir a discriminação do presente; eliminar os efeitos persistentes (psicológicos, culturais e comportamentais) da discriminação do passado, que tendem a se perpetuar e que se revelam na discriminação estrutural; implantar a diversidade e ampliar a representatividade dos grupos minoritários nos diversos setores; criar as chamadas personalidades emblemáticas, para servirem de exemplo às gerações mais jovens e mostrar a elas que podem investir em educação, porque teriam espaço (DOMINGUES, 2005, p. 166).

Classificadas dentro das ações afirmativas, as políticas de cotas raciais têm o propósito de provocar o resgate de uma dívida social a um segmento da sociedade que, historicamente, vem sendo discriminado, debates a respeito do assunto não são novos e não surgiram recentemente, há registros que em meados do século XX, as políticas de cotas vêm sido discutidas e implantadas em vários países.

O primeiro país a ter o sistema de cotas na sua Constituição foi a Índia em 1946, tendo obrigatoriedade em todos os serviços públicos e universidades. A implantação do sistema de cotas na Índia influenciou outros países, como Malásia, Austrália e Nova Zelândia, Nigéria, África do Sul, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, Alemanha, Colômbia, entre outros.

No Brasil, a história das políticas afirmativas remonta a 1931 com a Lei dos Dois Terços, quando as empresas, face à forte imigração europeia, foram obrigadas a destinar 2/3 das suas vagas a trabalhadores brasileiros. A partir da década de 1990, diversas leis consolidam as ações afirmativas no Brasil, como exemplo: a destinação de até 20% das vagas de serviço público para portadores de deficiência e 30% para mulheres (CAMINO et al., 2014, p.119).

Para a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR): “Ações afirmativas definem um conjunto de ações que, em articulação com outros órgãos governamentais, visa formular projetos específicos de empoderamento de grupos discriminados, com especial atenção para as mulheres e a juventude negras, garantindo o acesso e a permanência desses

públicos nas mais diversas áreas (educação, saúde, mercado de trabalho, geração de renda, direitos humanos e outros) ”

Nos Estados Unidos, onde foram aplicadas desde a década de 1960, elas pretendem oferecer aos afro-americanos as chances de participar da dinâmica da mobilidade social crescente. Por exemplo: os empregadores foram obrigados a mudar suas práticas, planejando medidas de contratação, formação e promoção nas empresas visando a inclusão dos afro-americanos; as universidades foram obrigadas a implantar políticas de cotas e outras medidas favoráveis à população negra; as mídias e órgãos publicitários foram obrigados a reservar em seus programas uma certa percentagem para a participação de negros. No mesmo momento, programas de aprendizado de tomada de consciência racial foram desenvolvidos a fim de levar à reflexão os americanos brancos no que diz respeito ao combate ao racismo (MUNANGA, 2001, p. 32).

Segundo Munanga (2001), as políticas de ações afirmativas são ferramentas de combate ao racismo. Nos países onde elas já foram implantadas como Índia, Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, Canadá, entre outros, têm como objetivo promover a grupos socialmente discriminados maior inserção nos sistemas de educação, saúde ou no mercado de trabalho.

Como função específica a promoção de oportunidades iguais para pessoas vitimadas por discriminação. Seu objetivo é, portanto, o de fazer com que os beneficiados possam vir a competir efetivamente por serviços educacionais e por posições no mercado de trabalho (CONTINS, SANT'ANA, 1996, p. 210).

As ações afirmativas são políticas de ação temporária, temos como exemplo a Lei 12.711/2012 que será reavaliada no próximo ano, onde será revista para saber se será continuada, modificada ou encerrada.

Medidas temporárias e especiais, tomadas ou determinadas pelo Estado, de forma compulsória ou espontânea, com o propósito específico de eliminar as desigualdades que foram acumuladas no decorrer da história da sociedade. Estas medidas têm como principais beneficiários os membros dos grupos que enfrentam preconceito (SILVA, 2009, p. 12).

O Movimento negro foi o grande proponente da implantação das ações afirmativas no ensino superior, porém o critério aluno oriundo de escola pública não estava na pauta da reivindicação. À intenção era que qualquer aluno negro fizesse uso das cotas independentemente do seu percurso escolar, porém sendo a maioria pobre e sem acesso às escolas particulares, este critério ser de escola pública prioriza a classe ao invés da raça como determinante para o acesso ao ensino superior, pois a grande maioria branca migrou para escola pública para poder se beneficiar desse critério as cotas sociais.

A realidade das políticas afirmativas no Brasil, com vistas à inclusão de negros no ensino superior e mercado de trabalho, é uma conquista do movimento social negro em articulação política local, nacional e internacional. O princípio igualdade de oportunidades tem sido o fio condutor e bandeira política permanente das articulações culturais e ideológicas que impulsionaram o renascimento de uma imprensa negra, orientou a emergência do Movimento Negro Unificado, ainda durante a vigência do regime militar no final da década de 1970, e abriu caminho para a criação de conselhos de estado, assessorias Afro, organizações não governamentais negras de projeção nacional e internacional nas décadas seguintes (MEC, 2007, p. 114).

As primeiras IPES a adotar cotas raciais no vestibular foram as universidades estaduais do Rio de Janeiro e do Norte Fluminense, ambas em 2001; seguidas pelas universidades estaduais da Bahia (2002) e do Mato Grosso do Sul (2003). Todas adotaram um sistema de autodeclaração racial dos candidatos (BITTAR; ALMEIDA, 2006). A Universidade de Brasília (UnB) foi a primeira universidade pública federal a adotar o sistema de cotas raciais, em 2004. O sistema da UnB inovou ao implantar uma comissão de avaliação racial dos candidatos, a fim de evitar fraudes ocorridas pela simples autodeclaração. A atuação dessa comissão foi criticada por muitos atores como sendo autoritária, arbitrária e por fazer uso de pretéritas técnicas instrumentais da antropologia (MAIO; SANTOS, 2005). A despeito das controvérsias, desde o vestibular do segundo semestre de 2004 até o vestibular do segundo semestre de 2012, 20% das vagas foram reservadas para candidatos negros e indígenas, permitindo uma maior inclusão desses grupos na UnB (TURGEON; SANT'ANNA; WIVES, 2014, p. 367).

O atual paradigma das ações afirmativas no Brasil foi a aprovação do marco legal que regulamenta as cotas para todas as I federais do Brasil - a Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012. Essa lei determina que as Ifes federais deverão adotar um sistema que reserva 50% das vagas a alunos oriundos de escolas públicas no ensino médio: dessas vagas, 50% devem ser destinadas a estudantes de baixa renda, ou seja, renda familiar *per capita* igual ou inferior a 1,5 salário mínimo por mês. Essas são as chamadas *cotas sociais*. Dentro dessas cotas sociais, a lei determinou cotas raciais para estudantes negros, pardos e indígenas, com reserva de vagas no mínimo igual à sua distribuição na população da unidade federativa em que se localiza a Ifes (BRASIL, 2012).

Em uma live no canal do NIESAFRO-UFMA no Youtube, publicada em setembro de 2020. Ao analisar a Lei 12.711/2012, Sales conclui que a mesma não

beneficia os negros do país, mas somente as pessoas que são oriundas de escola pública. Algumas escolas públicas consideradas as melhores do país como colégios de aplicação e IFs, possuem em sua maioria estudantes brancos oriundos das classes médias então esses alunos poderão concorrer ao Enem e Sisu pelo sistema de cotas da Lei 12.711/2012, sendo que para aquele aluno negro bolsista, ou que de alguma forma estudou em escola privada, sendo carente ou não, não tem direito as cotas, mesmo aos negros que vieram de escolas públicas têm que se autodeclaram negros. Ou seja, para Sales a Lei 12.711/2012 é considerada uma lei para combate à pobreza e não ao racismo, pois a finalidade das ações afirmativas – cotas raciais são para inclusão de negros nas universidades.

### **3 AÇÕES AFIRMATIVAS PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR O QUE NA LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM ESTUDOS AFRICANOS E AFRO-BRASILEIROS**

Neste capítulo apresenta-se as discussões e resultados da pesquisa que trata da execução das Ações Afirmativas para ingresso de estudantes negros/as no Ensino Superior através do estudo das formas de ingresso, permanência e sucesso acadêmico de/a estudante autodeclarado negro do curso de Estudos Africanos da Universidade Federal do Maranhão.

Para isso inicia-se localizando a Licenciatura em Estudos Africanos desde sua criação, analisando seu Projeto Político Pedagógico; o fluxo de entrada de estudantes; o perfil dos/as licenciandos/as; analisa-se ainda a forma de ingresso e o percurso acadêmico dos/as 10 egressos/as da primeira turma do curso; realiza-se de forma mais aprofundada, uma análise do percurso acadêmicos e de suas concepções sobre a lei de cotas de duas estudantes da primeira turma que ingressaram no curso como cotistas negras já pela Lei <sup>o</sup> 12.711; e, para finalizar analisa-se a trajetória de duas estudantes negras egressas da primeira turma e que entraram no curso pelas cotas raciais.

#### **3.1 O curso Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro Brasileiros: uma perspectiva interdisciplinar**

A Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-brasileiros (LIESAFRO) é pioneira e até agora única no Brasil, surgiu no ano 2015, para dar aplicação a Lei nº 10.639/2003, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de "história e cultura afro-brasileira" dentro das disciplinas que fazem parte das grades curriculares dos ensinos fundamental e médio. Idealizado pela Profa. Doutora Katia Evangelista Régis e Prof. Doutor Marcelo Carvalho Pagliosa, com a corroboração do Prof. Doutor Carlos Benedito Rodrigues da Silva, Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB, e implantando pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA de acordo com a Resolução nº 224-CONSUN, 24 de fevereiro de 2015 (UFMA,2015), funcionando na cidade universitária Dom Delgado no campus São Luís, teve seu primeiro ingresso de alunos no ano de 2015 por

vestibular especial e nos anos seguintes por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), onde são oferecidas 40 vagas na modalidade presencial para o período noturno. Tem por objetivo a formação de profissionais para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental, na área das Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia); no Ensino Médio, na área de História e para atuação nas Secretarias Estaduais de Educação para a implementação da Lei nº 10.639/2003.

A primeira turma iniciou em maio de 2015 com a aula inaugural proferida pela então Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil Profa. Dra. Nilma Lino Gomes.

O curso possui eixos interdisciplinares das Práticas de Ensino como Componente Curricular (PECCs) de suas disciplinas; projetos de iniciação à docência como o Residência Pedagógica e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID); e das Semanas Interdisciplinares de Estudos Africanos e Afro-Brasileiros.

É realizado pelos discentes, docentes técnico administrativo a cada final de ano letivo um eixo interdisciplinar: 1º ano: Literatura Africana e da Diáspora; 2º ano: Cinema Africano e da Diáspora; 3º ano: Grandes Pensadores/as Africanos/as e da Diáspora; 4º ano: Políticas Antirracistas no Mundo. Nesse contexto há uma seleção de obras que serão discutidas de forma interdisciplinar pelos/as discentes como parte do currículo obrigatório e em atividades como seminários, exibição de filmes, saraus, exposições, apresentações artísticas, entre outras atividades planejadas coletivamente pelo corpo docente, discente e técnico- e técnico-administrativo do curso.

Outro ponto fundamental da formação docente praticada na LIESAFRO é a concepção integral e holística de educação e de sujeito, cuja materialidade pode e deve ocorrer em diversos espaços, dos formais aos informais, dentro das escolas, mas também para além de seus muros, de modo que os/as professores/as formados/as possam exercer uma docência que vise a valorização do/a educando/a e a transformação social, especialmente a superação de todas as formas de racismo. (REGIS; NERIS, 2019, p. 38).

A LIESAFRO, em março de 2018 criou a revista digital Kwanissa, conhecida como a revista dos estudos africanos que possibilita a divulgação de artigos com temas pertinentes ao curso, possibilitando mais uma fonte de conhecimento e de visibilidade do curso e de seus autores.

Em novembro de 2018, por meio de uma parceria entre o governo do estado do Maranhão e a Universidade Federal do Maranhão UFMA, denominado Termo de Cooperação Técnico Científica com a Secretaria de educação do Estado do Maranhão - SEDUC-MA, foi possível realizar o trabalho de campo em Praia/Cabo Verde, que oportunizou aos discentes da LIESAFRO, práticas curriculares *in loco* com a percepção da sociedade cabo-verdiana nos aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos entre outros.

Em junho de 2019 houve a solenidade de colação de grau da primeira turma com doze alunos, hoje cinco desses alunos seguem no mestrado e outros em cursos de especialização.

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeia por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira [...]” (BRASIL, 2004, p. 17).

No âmbito escolar, há entre os professores/as, gestores/as e os demais funcionários uma grande resistência em afirmar que haja comportamentos racistas, ocorrendo assim um silenciamento, pois se dá a naturalização do racismo nesses ambientes e muitos outros. Desse modo o curso licenciatura interdisciplinar em estudos africanos e afro brasileiros, por meio das relações étnicorraciais da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira faz o diferencial no trato com o tema, situação igual acontece no ensino superior onde predomina uma demanda branca, rica e racista. E com a obrigatoriedade da Lei 10639/2003, o currículo é voltado para práticas acadêmicas tendo outras posturas epistemológicas, produções acadêmicas sobre a temática do preconceito racial, discriminação em todos os níveis do ensino superior.

### **3.2 O fluxo acadêmico de ingressantes no curso de Estudos Africanos**

O objetivo aqui é compreender o fluxo de ingressos do curso de Estudos Africanos, no período de 2015 (primeira turma do curso) a 2021, em todas as categorias de ingresso: SISU - ampla concorrência; SISU - escola pública; SISU- escola pública – negro; SISU - escola pública - negro – RF; SISU - escola pública - negro - deficiente – RF. Esta análise será realizada com base em dados concedidos pelo setor do SISU da UFMA e das listas de chamadas dos editais

publicados no site da UFMA. A intenção com esta análise é compreender como os fatores socioeconômicos e culturais (captados através dos questionários respondidos pelos/as estudantes) se relacionam com as variáveis captadas pelos dados do SISU que nos permitem observar o percurso formativo do/a estudante desde sua entrada até sua situação no momento de coleta dos dados.

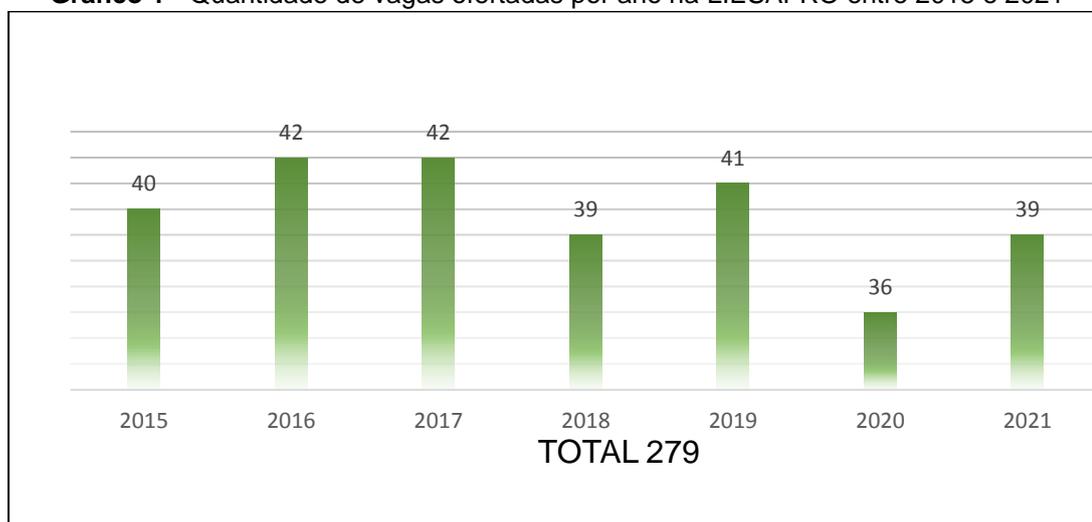
Ademais, as categorias de análise usadas para fundamentar este estudo foram: forma de ingresso; tipo de rede onde cursou o ensino médio; cidade de origem; sexo; status atual (ativo, cancelado, concluído, formando; cancelamento espontâneo, abandono de curso, cancelamento de matrícula; cancelamento temporário); coeficiente

Os resultados decorrentes do questionário online respondidos pelos/as estudantes do curso de Estudos Africanos ingressantes entre 2015 e 2021 possibilitou apreender a percepção desses sujeitos sobre as ações afirmativas para ingresso no ensino superior e como as mesmas estão sendo executadas na UFMA, como podemos notar nos dados a seguir.

### 3.2.1. Quantidade de vaga ofertadas pelo curso de Estudos Africanos

A entrada na LIESAFRO é anual, com oferta de 40 vagas, no primeiro semestre. A baixo podemos verificar que ingressaram na LIESAFRO um total 279 estudantes entre 2015 e 2021. Nas turmas de 2016, 2017 temos 42 ingressantes e na 2019, 41 ingressantes se tratar de entradas como graduados.

**Gráfico 1** - Quantidade de vagas ofertadas por ano na LIESAFRO entre 2015 e 2021



**Fonte:** Resultado do processo seletivo EDITAL Nº 058/2015 – PROEN e Dados fornecidos pelo STI.

A primeira turma do curso ingressou por vestibular especial. Conforme consta no edital N° 058/2015 – PROEN, que tratou do seletivo, as 40 vagas foram assim distribuídas:

Em três categorias: AMPLA CONCORRÊNCIA, PESSOA COM DEFICIÊNCIA (em atendimento ao Decreto nº 5.626/2005 e ao Decreto nº 3.298/1999, com alterações do Decreto nº 5.296/2004) e ESCOLA PÚBLICA (50%) – neste caso, em conformidade com a Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012 – discriminadas no Quadro Geral de Vagas abaixo:

**Quadro 2 – Quadro de vagas**

CURSO	TURNO	AMPLA CONCORRÊNCIA	PESSOA COM DEFICIÊNCIA	ESCOLA PÚBLICA				TOTAL
				Renda familiar bruta per capta igual ou inferior a 1,5 salários mínimos		Renda familiar bruta per capta superior a 1,5 salários mínimos		
				PPI	Outros	PPI	Outros	
Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros	Noturno	19	1	8	2	8	2	40

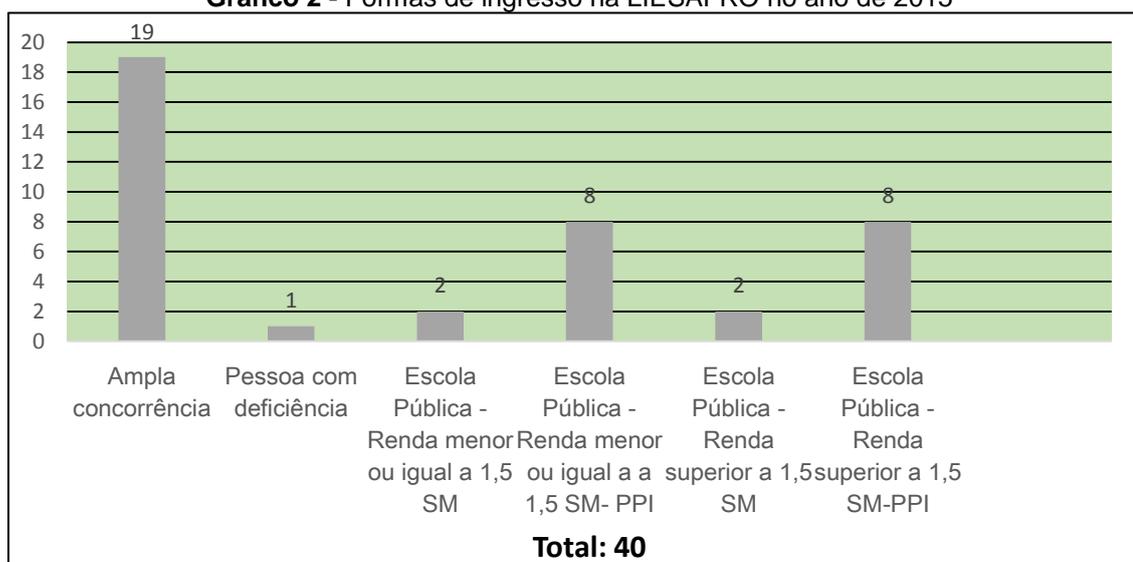
\*PPI – Candidatos autodeclarados pretos ou pardos ou indígenas

**Fonte:** PROEN, 2015

As 40 vagas foram assim distribuídas entre as três categorias citadas: processo seletivo - Escola Pública -Renda menor ou igual a 1,5 SM<sup>1</sup> (2); processo seletivo - Escola Pública - Renda superior a 1,5 SM (2); processo seletivo - ampla concorrência (19); Escola Pública -Renda menor ou igual a 1,5 SM- PPI<sup>2</sup> (8); Escola Pública - Renda superior a 1,5 SM-PPI (8); processo seletivo – deficiente (1). No gráfico a seguir podemos ler essa distribuição com maior evidência:

<sup>1</sup> SM- Salário Mínimo

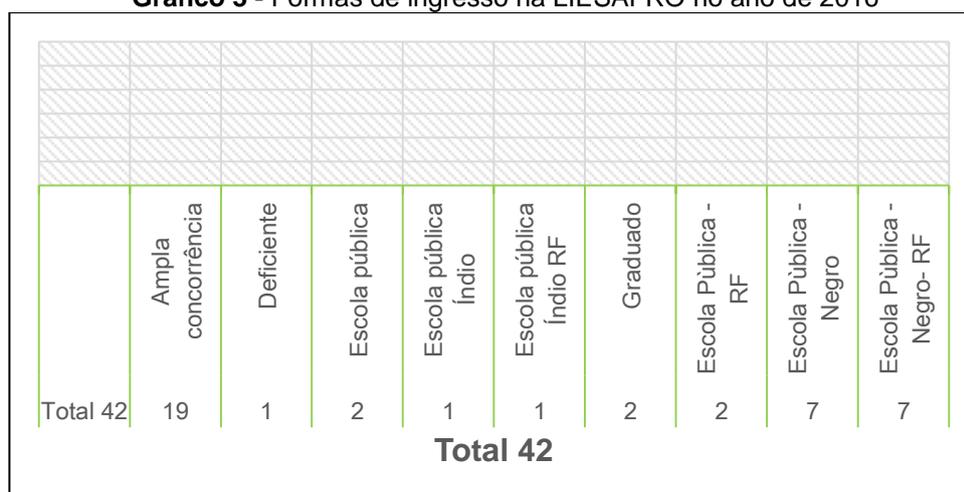
<sup>2</sup> Candidatos autodeclarados pretos ou pardos ou indígenas

**Gráfico 2 - Formas de ingresso na LIESAFRO no ano de 2015**

**Fonte:** Resultado do processo seletivo EDITAL Nº 058/2015 – PROEN.

Como percebemos, ao somarmos as duas sub cotas na quais entraram candidatos autodeclarados pretos ou pardos ou indígenas, notamos que na primeira turma do curso entraram 16 estudantes pela lei 12.711, de 29 de agosto de 2012.

Como falamos anteriormente, o curso oferta 40 vagas anuais, no entanto, podemos notar pelo gráfico a seguir que em 2017 e 2019 entraram 2 e 1 estudante a mais. Esses três estudantes entraram como graduados.

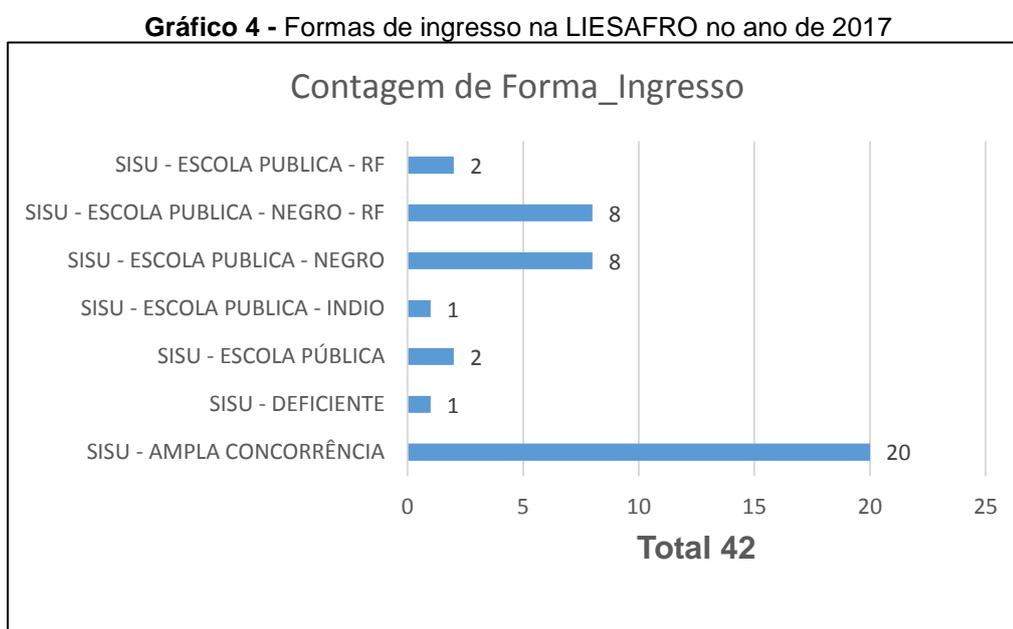
**Gráfico 3 - Formas de ingresso na LIESAFRO no ano de 2016**

**Fonte:** Dados fornecidos pelo STI

É interessante notar como esses/as ingressantes se encontram no momento da coleta dos dados, isto é, em 2021. Dos 42 estudantes que entram na

turma, 24 estudantes que cancelaram o curso, 15 estão ativos, 1 encontra-se trancado e apenas 2 concluíram o curso até o primeiro semestre de 2021. Observa-se que essa turma foi a que teve maior entrada e o maior número de trancamentos.

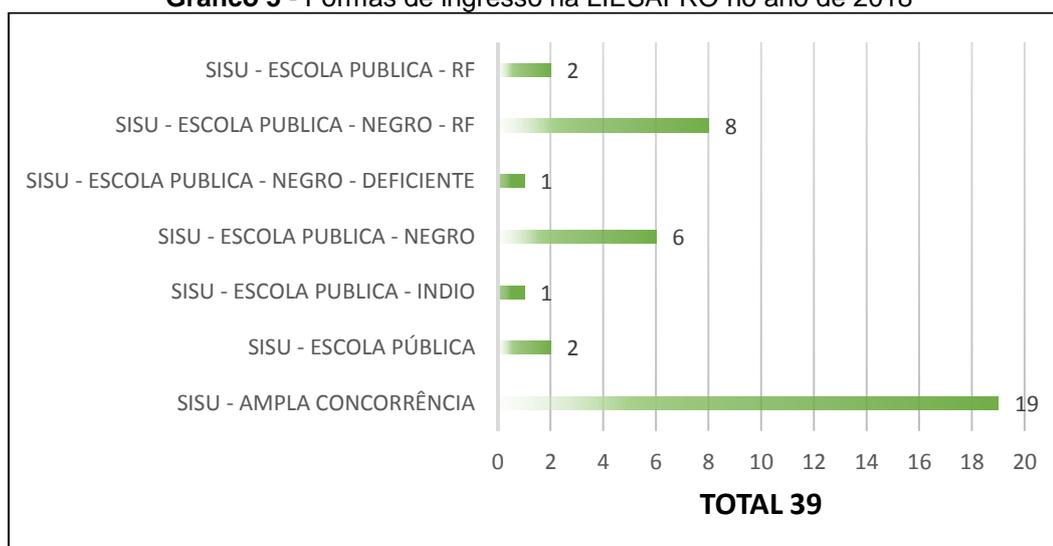
A terceira turma do entrou em 2017 com 42 ingressantes. Desses vinte (20) ingressaram na ampla concorrência, oito (8) na cota escola pública negro, oito (8) na cota escola pública negro- RF, um (1) na cota escola pública índio, dois (2) na cota escola pública, dois (2) na cota escola pública RF e um (1) na cota para deficiente.



**Fonte:** Dados fornecidos pelo STI

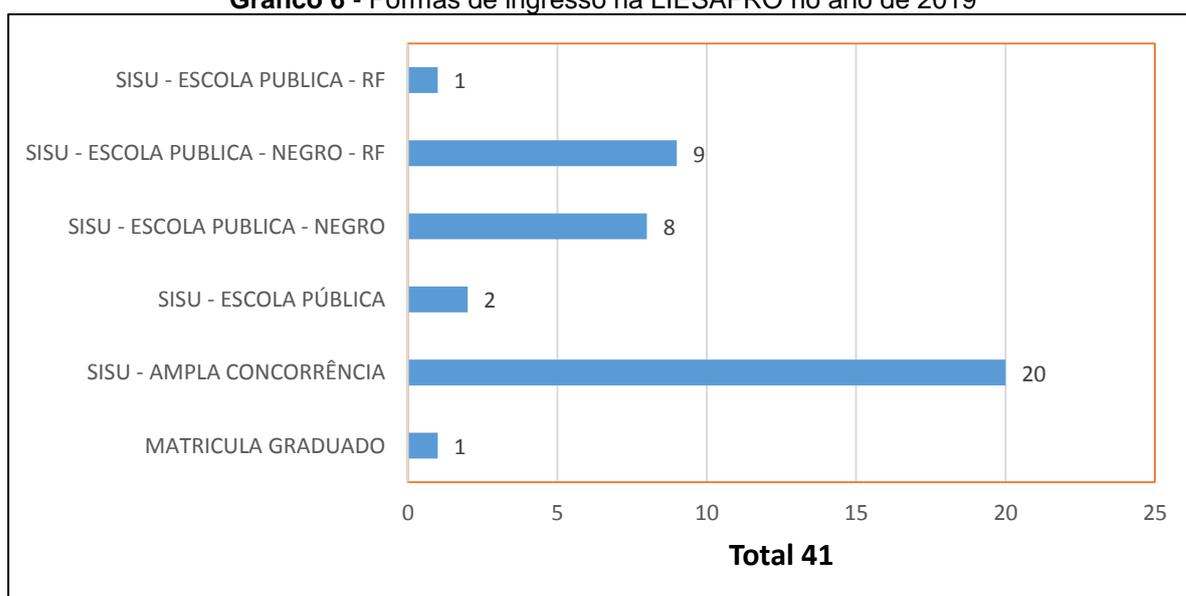
Desses 39 estudantes, até o primeiro semestre de 2021, vinte e nove (29) encontravam-se ativos, doze (12) cancelaram o curso e um (1) trancou.

No que se refere à turma de 2018, desses dezenove (19) ingressaram na ampla concorrência, seis (6) na cota escola pública negro, oito (8) na cota escola pública negro- RF, um (1) escola pública negro- deficiente, um (1) na cota escola pública índio, dois (2) na cota escola pública, dois (2) na cota escola pública RF e um (1) na cota para deficiente. Desses 39 ingressantes vinte e dois (22) encontravam-se ativos, quinze (15) cancelaram o curso e dois (2) trancaram.

**Gráfico 5 - Formas de ingresso na LIESAFRO no ano de 2018**

Fonte: Dados fornecidos pelo STI

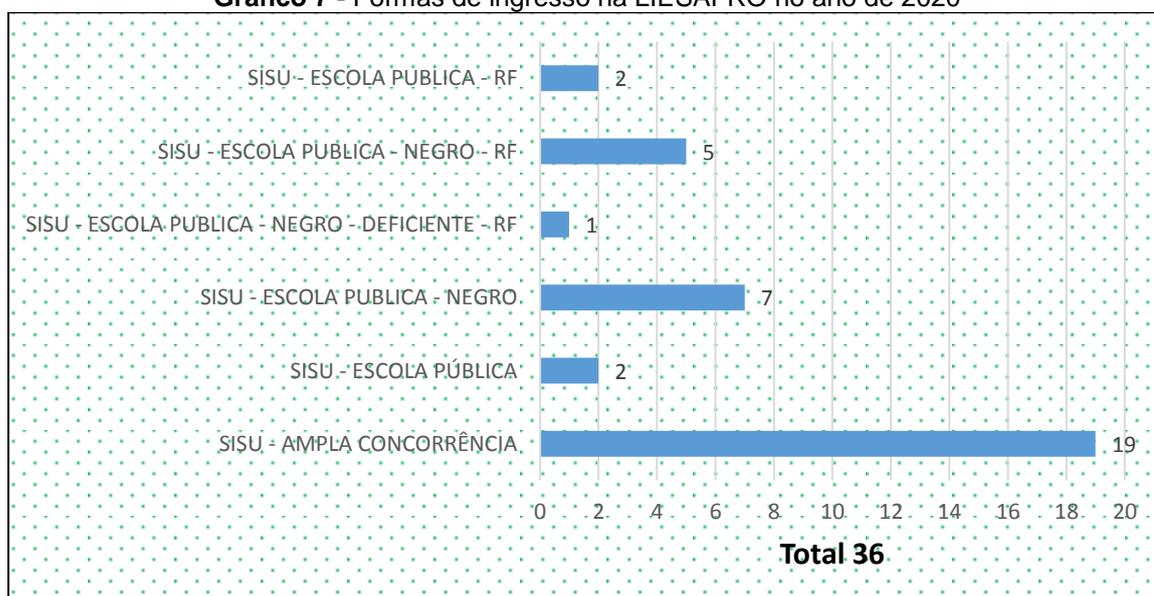
Quanto às formas de ingresso da turma de 2019 e o status dos/as estudantes. Assim, vinte (20) ingressaram na ampla concorrência, oito (8) na cota escola pública negro, nove (9) na cota escola pública negro- RF, dois (2) na cota escola pública, um (1) na cota escola pública RF e um (1) na categoria matrícula para graduado. Quanto ao status da turma em 2021, vinte e dois (22) estacam ativos, dez (10) cancelados, oito (8) trancados e um (1) que o sistema não identificou.

**Gráfico 6 - Formas de ingresso na LIESAFRO no ano de 2019**

Fonte: Dados fornecidos pelo STI

Na turma de 2020 as formas de ingresso e o status dos/as estudantes se encontrava da seguinte forma no primeiro semestre de 2021. Assim, dezenove (19) ingressaram na ampla concorrência, sete (7) na cota escola pública negro, cinco (5) na cota escola pública negro- RF, dois (2) na cota escola pública, um (1) escola pública negro- deficiente, dois (2) e na cota escola pública RF. Quanto ao status da turma em 2021, vinte e quatro (24) estacam ativos, seis (6) cancelados, três (3) trancados e três (3) que o sistema não identificou.

**Gráfico 7 - Formas de ingresso na LIESAFRO no ano de 2020**

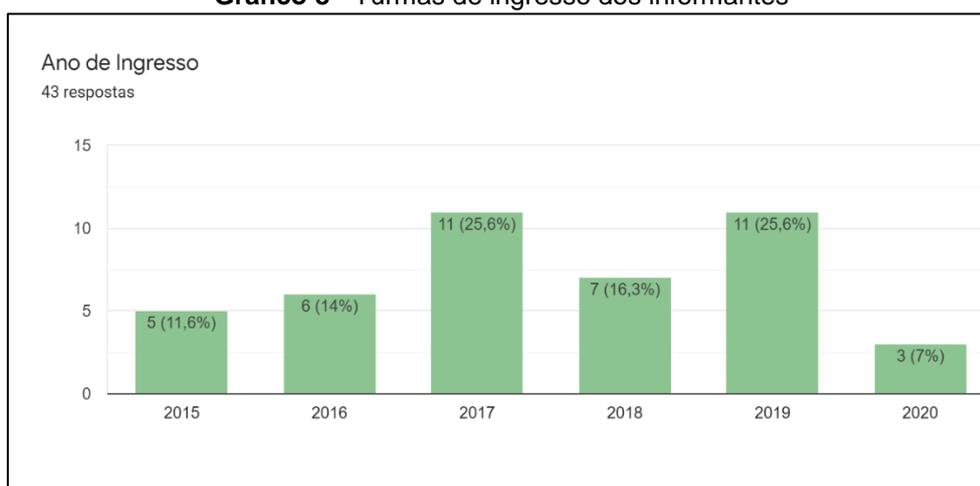


Fonte: Dados fornecidos pelo STI

Não se detalhou os dados da turma de 2021 deve ao fato de ela ainda não ter concluído o primeiro semestre de curso.

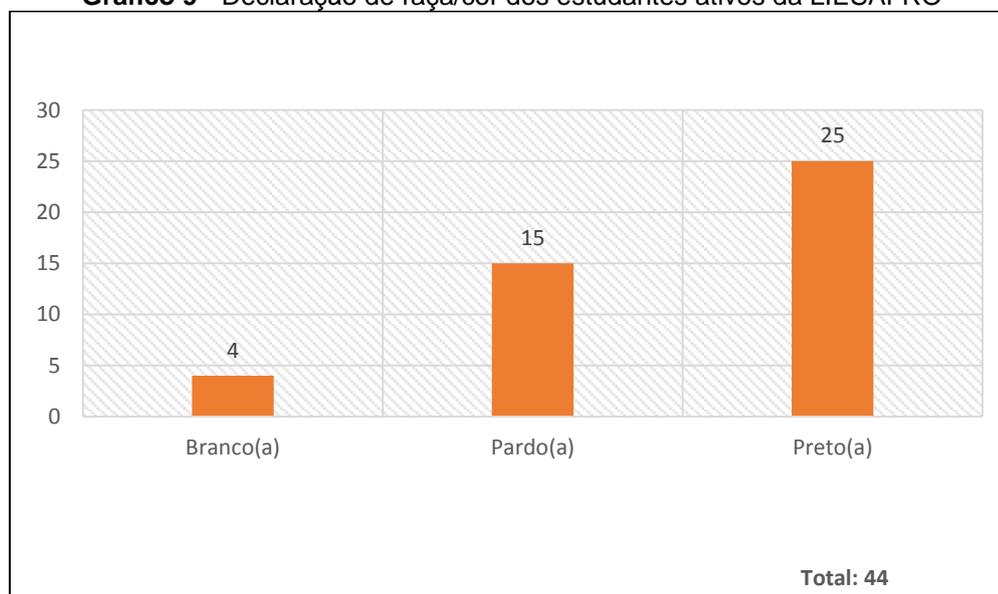
### 3.3 Perfil dos/as estudantes ativos do curso

Um total de quarenta e quatro estudantes ativos do curso responderam ao questionário da pesquisa. Aqui iremos traçar um breve, mas importante perfil desses/as estudantes com o objetivo de cruzar esses dados com suas concepções sobre a política de ações afirmativas para o ingresso no ensino superior. Os 44 estudantes ativos que responderam ao questionário estão assim distribuídos entre as turmas de ingresso:

**Gráfico 8 - Turmas de ingresso dos informantes**

Fonte: Dados da pesquisa

Dito disso, sigamos aos perfis. Dos participantes 12 estão entre a faixa etária de 18 a 29 anos de idade e 32 entre 30 e 59 anos. Quanto à opção raça/cor tivemos 25 dos 44 informantes responderem ser pretos/as, 15 que são pardos/as e 4 brancos/as, como podemos observar no gráfico a seguir. Esse dado pode revelar o alto grau de conscientização e politização dos estudantes do curso no que se refere à questão étnico racial.

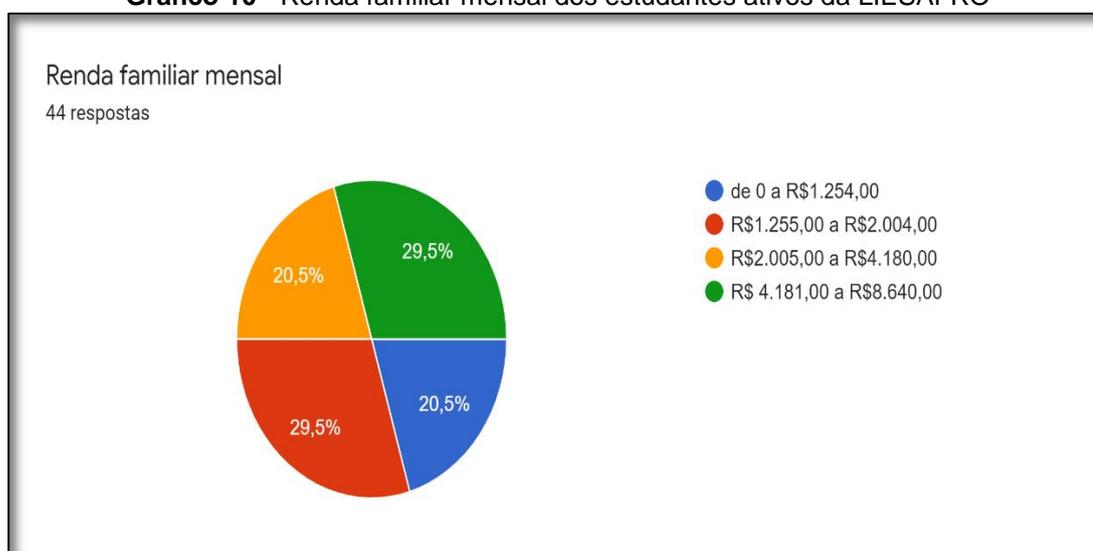
**Gráfico 9 - Declaração de raça/cor dos estudantes ativos da LIESAFRO**

Fonte: Dados da pesquisa

Perguntamos ainda se os/as estudantes já têm outra graduação, 24 responderam que sim e 20 que não. Dentre os que têm outra, a maioria é na área da docência e Pedagogia é o principal curso. No entanto quando perguntado se

atuam na docência, 36 responderam que não e apenas 8 disseram que sim. As áreas de atuação são bem variadas. Quanto à sua manutenção financeira, a maioria respondeu ser a/o responsável, como podemos ver abaixo 82,9%, somando quem tem trabalho formal e informal, ou seja, 34 pessoas. Apenas 4 recebem bolsa ou auxílio estudantil (desses quatro, 1 disse ser responsável por sua manutenção financeira e 3 disseram que são mantidos pela família), 2 responderam que recebem mesada da família. Abaixo observamos os dados sobre a renda familiar dos/as informantes. A maioria, 37, respondeu que uma a três pessoas compõem essa renda.

**Gráfico 10 - Renda familiar mensal dos estudantes ativos da LIESAFRO**



**Fonte:** Dados da pesquisa

Sobre a vida acadêmica dos/as estudantes perguntou-se a respeito de sua participação em algum programa acadêmico. Dos 44 estudantes, 29% disse participar ou já ter participado de programa de monitoria; 12% em programas de extensão, 22% na pesquisa; 22% na assistência estudantil; 12% em estágio curricular não obrigatório; 12% no PIBID e 22% disse não ter participado de nenhum programa acadêmico.

Ainda referente à trajetória acadêmica, as outras atividades extracurriculares que o/a cursista participa ou já participou, 18% participou ou participa do Movimento Estudantil; 14% de Movimento Político-partidário; 30% de Movimentos Religiosos, 11% de grupos artísticos/culturais, 1% de Movimentos Sociais, 1% de Conselhos gestores de saúde e 10% não participam de outras atividades extracurriculares.

Sobre a estrutura que a UFMA oferece para a/os estudantes, além da sala de aula, 79% dos cursistas utilizam a biblioteca como complemento para suas atividades acadêmicas; 23% utilizam as salas de grupos de estudos; 17% utilizam o laboratório de computação, 30% utilizam o restaurante universitário e 2% utilizam a sala de estudos do curso, salas de aulas vazias e corredores do Paulo Freire.

Perguntou-se sobre a assistência estudantil ofertada pela UFMA aos participantes, 25 respondeu não receber nenhum tipo. Quem recebe ou já recebeu ficou distribuído entre: pacotes de dados, PIBID auxílio creche, Foco Acadêmico, auxílio alimentação, auxílio permanência, Residência Pedagógica, Auxílio Emergencial.

As respostas mostram que os discentes, em sua maioria são oriundos de classe social baixa, com dificuldades para se dedicarem exclusivamente aos estudos, necessitando ter uma renda para manterem se financeiramente.

Buscou-se ainda compreender como os estudantes buscavam superar os desafios para realizar o curso:

“Empenho, dedicação, interesse, estudo e persistência”

“Muita persistência, buscar encorajamento para chegar ao final, moro muito distante são 6 ônibus por dia”

“Já precisei de liberação do serviço e poder sai mais cedo do mesmo para chegar na universidade”

“Pegar poucas cadeiras durante o semestre para conseguir trabalhar”

“Como trabalho a semana inteira, uso os fins de semana para os estudos e persistir no curso”

“Às vezes necessito abrir mão de me inscrever em algumas disciplinas no período regular pra poder trabalhar e não permanecer na formação, tendo em vista que na área em que trabalho geralmente os horários são noturnos”

“Abrir mão de uma renda complementar. O que me levaria a arriscar comprometer meu desempenho por restringir meu tempo dedicado ao curso”

“Atualmente, um emprego e um estágio remunerado, que me dão condições financeiras de me manter na UNIVERSIDADE porém, atrapalham meu desempenho acadêmico”

“Sempre acumulei, desde o fundamental maior, trabalho e estudos. A permanência na universidade demanda um aporte financeiro, que nem sempre é suprido pela família, então muitos estudantes, como o meu caso, acumulam trabalho e estudo. Na época da Nutrição, um curso integral, trabalhava nos feriados e fins de semana (trabalho informal). Agora nos Estudos Africanos, já tenho um trabalho formal, e consigo acompanhar a maior parte das atividades pois os horários não coincidem.”

“O malabarismo financeiro para transporte, a administração de tempo é muito difícil, pois tenho filho pequeno e quando as aulas são presenciais, praticamente convivo com ele os finais de semana, fora que criança adoece exige muito da gente e acaba influenciando no rendimento acadêmico, fora todas as outras questões do dia a dia. Mas, a vida é luta e seguimos em frente”.

O curso é voltado para trabalhadores/as que usam o período da noite depois de um dia exaustivo para estar na universidade, muitos têm que fazer malabarismo para conciliar trabalho, estudo e a renda financeira para custear, passagem de ônibus, xerox, jantar no restaurante universitário entre outras estratégias.

Passemos agora aos dados referentes à opinião dos estudantes quanto ao curso de Estudos Africanos. Uma das perguntas feitas aos cursistas foi: Por que da escolha pelo o Curso de Estudos Africanos. Como foi uma pergunta aberta, as respostas são bem variadas. Alguns o fizeram por ser o único curso do país. Outros, por ser um curso interdisciplinar; por ser noturno e possibilitar trabalhar durante o dia; por conta da pontuação do ENEM; mas, a maioria relata ter feito uma escolha motivada vontade de estudar, aprender e ensinar sobre a história da população negra e combater o racismo, como podemos notar em algumas respostas a seguir:

“Porque me interessa a temática do racismo, para aprender sobre nossa ancestralidade e a formação da identidade do povo brasileiro”

“Porque sinto bastante interesse nesse assunto e infelizmente é um tema que ainda precisa ser bastante compartilhado à sociedade”

“Sentia a necessidade de estudar sobre África e os afrodescendentes, conhecer o processo histórico dos nossos ancestrais”

“Eu queria ter outra visão de África diferente do que foi passado durante a educação básica. Atuei na militância durante alguns anos e o curso foi algo inovador e que surgiu nesse momento de necessidade de expandir o conhecimento”

“Desde o ensino médio queria fazer o curso de História, em especial para estudar a História da África, a opção pelo curso foi pelo aprofundamento que o curso oferece na temática, logo estou conseguindo unir a vontade de estudar História (que o curso possui como eixo), além de ampliar o debate para outros campos de estudo”.

“Todos os temas/assuntos são interessantes e são temas urgentes para serem discutidos e principalmente, que se combata o racismo, intolerâncias e preconceitos e estereótipos sobre o negro. Como também que sejam discutidos e conhecidos os elementos que causam desigualdades sociais, a violência e assassinatos contra crianças, jovens e adultos negros, as desigualdades sociais e educacionais, nas moradias. O

curso trata também, sobre políticas públicas coerentes às populações negras, quilombolas e indígenas, como também, o conhecimento necessário sobre a África, sua geopolítica, sua Literatura, populações, conflitos e outros assuntos necessários à compreensão do que sejam a colonização em África e no Brasil e assim, as colonialidades. Vejo como fator importantíssimo e necessário a implementação da Lei 10.639/03, para que as crianças, jovens e adultos se reconheçam em sua História. Como o seu país foi e é formado. Enfim, são muitos os motivos pelos quais eu escolhi fazer o Curso Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros”.

Teve até escolha motivada por entrevista da coordenadora do curso:

“Intuição! Queria fazer história, mas também fiquei curioso, pois vi uma entrevista da professora Katia em que ela disse que o curso daria direito a licença de história, além de ensinar e nos preparar para ensinar sobre a história e cultura dos africanos e afro-brasileiros, nessa hora foi amor!!”

Em outra questão realizada buscou identificar as expectativas dos/as estudantes sobre em relação ao curso. Estas também são variadas, mas giram em torno da possibilidade de inserção no mercado de trabalho, obter conhecimento sobre a população negra. Citamos algumas:

“Adquirir uma boa base do conhecimento sobre África e Afro-Brasil para atuar futuramente como docente no ensino superior”.

“Minhas expectativas são de poder levar os meus conhecimentos para várias pessoas, de poder desconstruir vários pensamentos errôneos que tinha antes de entrar no curso e ajudar as pessoas a se desconstruir também”.

“Ter uma visão ampliada, da história e desenvolvimento da raça humana, como a formação das sociedades e a relação étnicos raciais e seus efeitos nocivos e excludentes principalmente aos negros africanos e afro-brasileiros, como também aos povos indígenas”.

“Aprender sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, compreender sobre questões político e econômicas africanas e também ter entendimento sobre combate ao racismo. Uma outra expectativa era estagiar em algum órgão que tratasse da política de igualdade racial.”

“Não imagina a grandiosidade do curso. É gigante a sua importância, superaram as minhas expectativas quanto a metodologias, projeto político pedagógico e principalmente a interdisciplinaridade.”

No gráfico a seguir pode-se perceber como os cursistas se sentem quanto às suas expectativas

**Gráfico 11** - Grau de correspondência ente expectativas e satisfação dos estudantes ativos da LIESAFRO



**Fonte:** Dados da pesquisa

Perguntou-se também sobre o que os cursistas queria sugerir para melhorar o curso.

“No momento diante das circunstâncias estamos obrigados (no sentido que não temos muitas opções) ao ensino remoto, mas futuramente a inclusão de passeios com finalidades educacionais a locais que contribuam para o processo de ensino e aprendizagem do curso (museu, praças, marcos históricos...) seriam ótimos, sair dos muros da Universidade”.

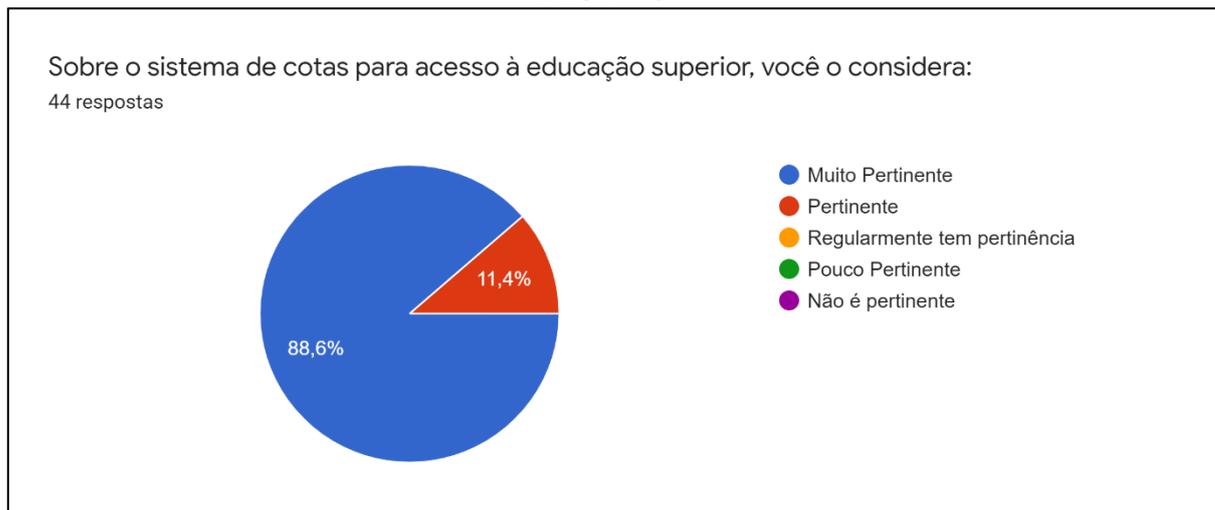
“Acredito que o curso tem desenvolvido um excelente trabalho, mas o que penso que o curso deveria ter, e devo registrar que vejo que está sendo construído, é um prédio, uma biblioteca específica, cursos de pós-graduação, aprofundar a construção de pontes com a comunidade, em especial os bairros do entorno do campus”.

“Acredito que ampliar as visitas para outras áreas de quilombo e à escolas que atendam pessoas dessas comunidades.

A/O cursista sugere trabalho de campo às áreas quilombolas e também às suas escolas.”

No que diz respeito à concepção sobre o sistema de cotas 88% considera muito pertinente o sistema de cotas para acesso à educação e 12% consideram pertinente o sistema de cotas.

**Gráfico 12** - Grau de pertinência do sistema de cotas na opinião dos estudantes ativos da LIESAFRO



**Fonte:** Dados da pesquisa

Para 47% dos cursistas o sistema de cotas para acesso à educação superior deve ser pra negros (pretos e pardos) com baixa renda e oriundo da escola pública, 6% consideram que o sistema de cotas deve ser para todos que de fato precisam, 4,5% acham que o sistema de cotas deve ser apenas para estudantes baixa renda, outros 4,5% acham que deve ser apenas para negros (pretos e pardos), 2,3% julgam que deve ser apenas para negros (pretos e pardos) com baixa renda, 2,3% consideram que devem ser para negros, deficientes etc.,. Objetivando não ter exclusão, 2,3% opinaram que deve ser para pessoas de baixa renda, deficientes, pretos e pardos de baixa renda, 2,3, acham que as cotas devem ser para todos os grupos sociais citados anteriormente.

Quanto ao resultado das cotas para ingresso no ensino superior, 2,3% julgam que diminuem as desigualdades sociais, para 2,3% deve continuar do jeito que é, 2,3% acha que deve haver o sistema de cotas para negros e outro para pessoa com baixa renda, 2,3% enxerga como legítimo o sistema de cotas.

Investigou-se ainda o grau de conhecimento dos estudantes sobre o sistema de cotas para acesso à educação superior: 45,5 considera bom, 27,7% acha muito bom, 25% julga regular e 2,5% acham pouco. Como complemento, perguntou-se sobre a concordância ou não com a manutenção do sistema de cotas para acesso à educação superior e, por que? Todos os cursistas concordam com a manutenção, pois em sua maioria as cotas servem para corrigir desigualdades, promover equidade na economia, pois retira os negros da vulnerabilidade social, da

marginalização e possibilita o alcance de cargos de liderança e destaque em espaços da elite branca

“Creio que seja necessariamente importante o sistema de cotas diante das disparidades sociais existentes no país! Precisamos que todos tenham acesso à educação e a formação superior. A manutenção deve acontecer de forma que ninguém utilize desse direito de forma ilícita e que de fato quem deve ser alcançado por ele possa ingressar na universidade”

“Sim. Pois até o momento por conta das desigualdades que aumentaram ainda mais nesse período principalmente com a educação”

“Sim porque ele é um sistema de medidas que visam ações contra a desigualdade no nosso sistema que privilegia determinados grupos sociais enquanto subordinam outros”

“Sim, por ser um caminho de reparação aos anos de marginalização e discriminação aos negros e seus descendentes”.

Buscou-se ainda saber os/as estudantes acham que algo deveria ser modificado no sistema de cotas. A principal mudança diz respeito à necessidade de ações de permanência, ampliação do número de vagas e cotas na pós-graduação e o controle das fraudes

“No quesito permanência. Não basta permitir o acesso, é necessário assegurar a permanência. Sabemos que, a significativa evasão se dar por conta das dificuldades financeiras sofridas por essa população”

“A lei 12711/2012, barra o aluno negro pobre oriundo de escola privada, que estudou por meio de bolsa”

“Sim, deveria ser oferecida mais vagas e ter uma fiscalização mais firme para que não possam haver fraudes. ”

“Acredito que o sistema de cotas não significa apenas a possibilidade de acesso, mas sua manutenção, logo, deveria ter um acompanhamento mais humano sobre o contexto e a realidade desse cotista, verificando pontualmente suas necessidades e aspirações ao longo do curso”

“Deveriam ser revistos, de forma, que eliminassem qualquer fraude em sua utilização por terceiros e que absolutamente, não têm direitos a essas políticas públicas. A exemplo, sabe-se que na cidade de Imperatriz, no Curso de Medicina, as fraudes e a são escancaradas, por exemplo, pessoas se utilizando da autodeclaração e considerando-se pretas ou pardas. Portanto, Isso não deveria existir. ”

“Há uma necessidade de ampliação de vagas, pois o número que é disponibilizado ainda é inferior a nossa realidade”.

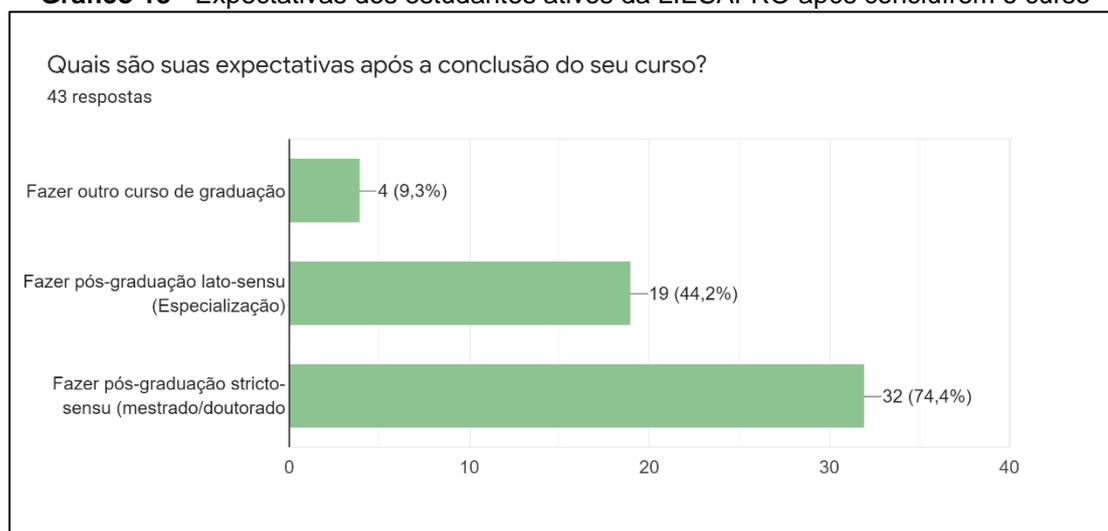
A maioria dos cursistas concordam que deveriam haver mudanças no sistema de cotas, a permanência deve ser revista, pois é sabido que os negros em sua maioria fazem parte da população pobre e não podem se dedicar

exclusivamente aos estudos como a maioria da população branca faz. Também a modificação da lei 12.711/2003 que proíbe o negro oriundo de escola privada assistido por bolsa de ter acesso às cotas, o combate às fraudes que são constantes e por fim aumentar o número de vagas nas universidades.

Por último perguntou-se sobre as dificuldades que os estudantes cotistas enfrentam para se manter na universidade. Para 17 estudantes a “Dificuldade financeira do estudante negro produz demora de conclusão do curso de graduação ou evasão”; 10 responderam que “Dificuldade financeira dificulta acesso de material das disciplinas”; 7 acham que “Os ingressantes pelo sistema de cotas têm maiores dificuldades que outros estudantes para acompanhar o curso”.

E quanto às expectativas após concluírem o curso, a maioria pensa em seguir para a pós-graduação, o que coloca ao curso o desafio de pensar em um projeto de mestrado.

**Gráfico 13** - Expectativas dos estudantes ativos da LIESAFRO após concluírem o curso

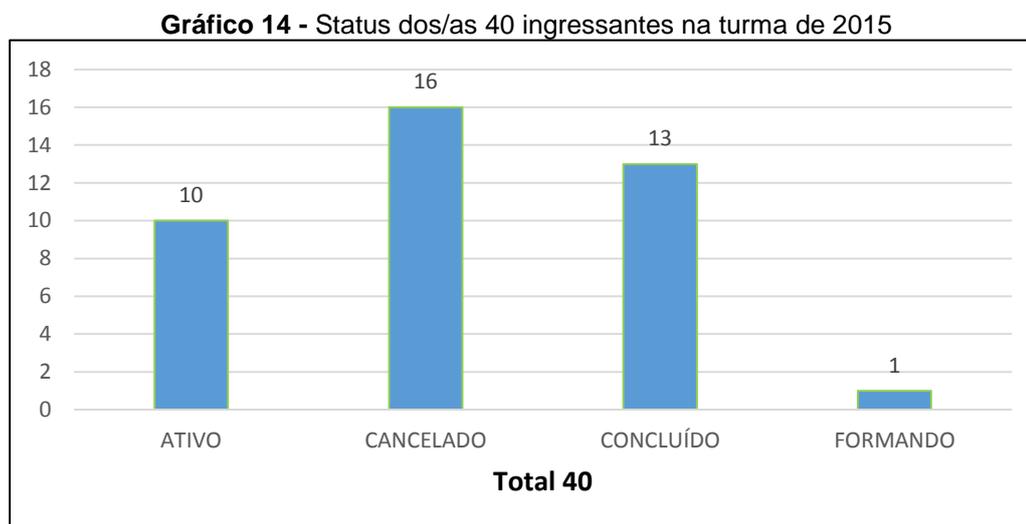


Fonte: Dados da pesquisa

### 3.4 Perfil dos/as egressos da primeira turma do curso

Ao detalharmos os dados do status dos/as ingressantes na turma de 2015, constatamos que dezesseis (16) cancelaram, sendo que esse cancelamento está subdividido em: cancelamento espontâneo (3 estudantes), abandono de curso (não efetivou matrícula em componentes no período regular - res. 1.175/2014/CONSEPE Art 155. i) (9 estudantes); desligamento conforme Lei

Federal Nº12.089 de 11/11/2009 (1 estudante) e cancelamento temporário (não efetivou matrícula em componentes no período regular Art. 127-I) (1 estudante). Além disso, notamos que dez (10) estudantes ainda constam como ativos; treze (13) já concluíram o curso e um (1) consta como formando.



**Fonte:** Dados fornecidos pelo STI da UFMA

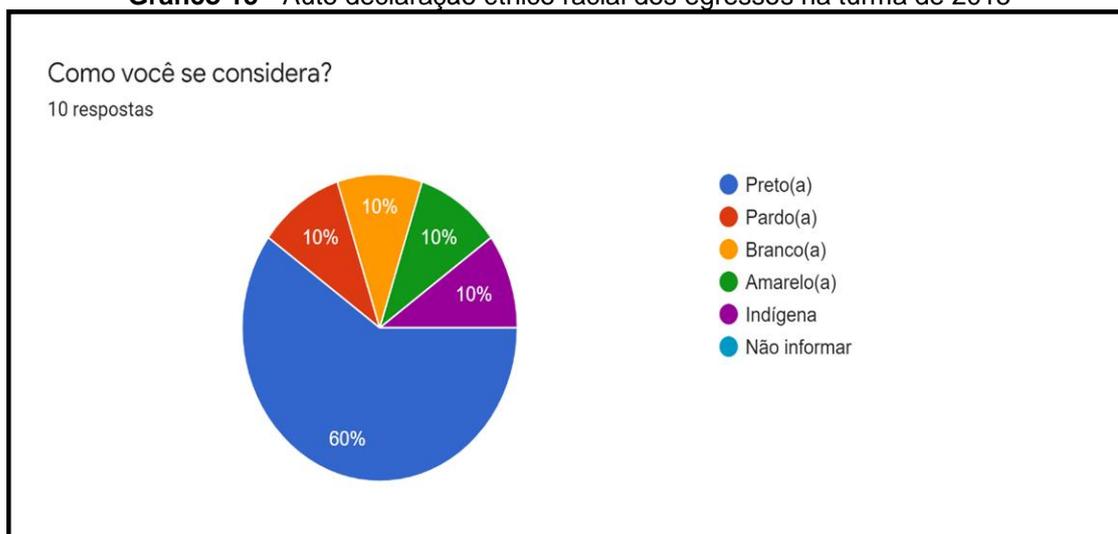
Os egressos da primeira turma LIESAFRO, devido ao momento de pandemia, foram convidados a responder via online, um questionário sóciodemográfico elaborado na plataforma google forms com o seguinte título: “DO INGRESSO À PERMANÊNCIA: “análise da execução da lei de cotas para o ingresso no ensino superior na Universidade Federal do Maranhão”. Público alvo, egressos do curso de Estudos Africanos-UFMA.

O instrumento de pesquisa foi respondido individualmente em aplicação via internet, com o uso da ferramenta google forms. Foi explicado aos participantes que estávamos levantando dados para a elaboração do trabalho monográfico da estudante Márcia Cristina Pinheiro. E todos/as os/as participantes tiveram que marcar o termo de livre esclarecimento e participação na pesquisa para poderem responder ao questionário e assim fazerem parte de nossos informantes. Todos/as os/as entrevistados/as aceitaram o termo de consentimento e também aceitaram participar de uma roda de conversa.

Especificando mais diretamente o perfil dos/as informantes, ao total, dez egressos do curso responderam ao questionário, sendo 5 homens e 5 mulheres, com idades compreendidas entre 18 e 29 anos (20%) e entre 30 a 59 anos (80%).

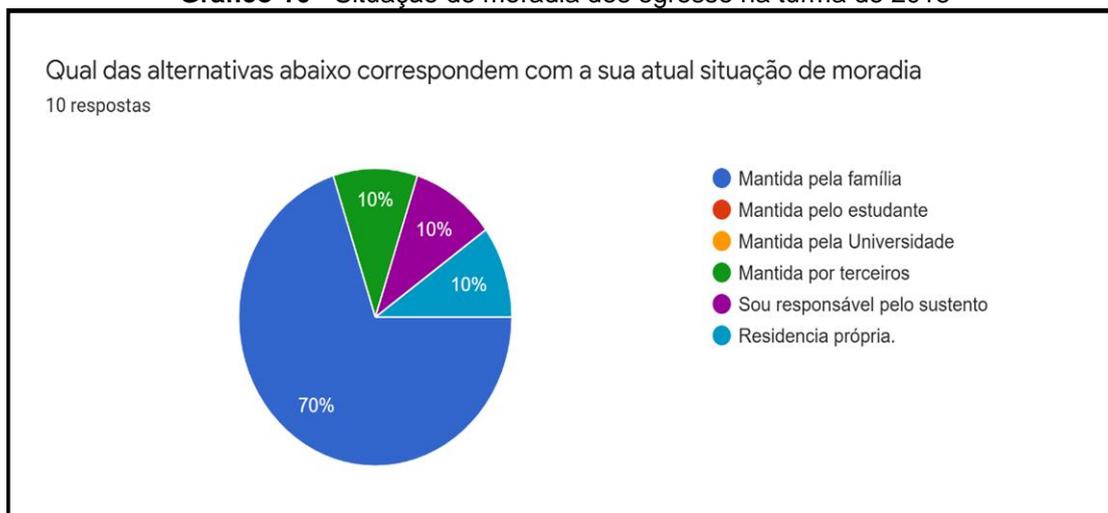
O que se refere à auto declaração étnicorracial, do total que respondeu ao questionário, 70% se auto declarou negro, sendo 60% se preto e 10% pardo. Os demais 30% se considera branco, indígena e amarelo, como 10% cada uma dessas categoria, como podemos ler no gráfico a seguir que refere a essa pergunta no questionário:

**Gráfico 15 - Auto declaração étnico racial dos egressos na turma de 2015**



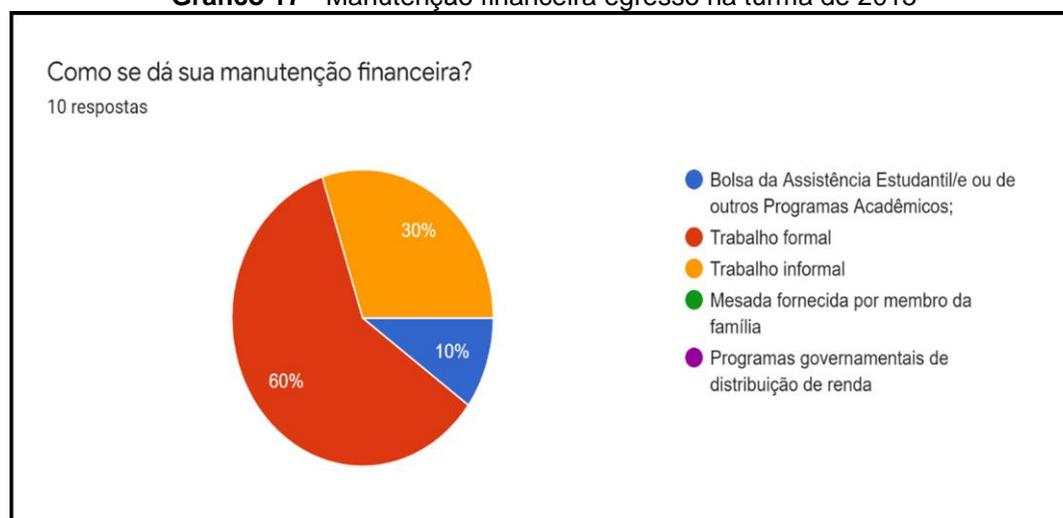
**Fonte:** Dados da pesquisa

Como forma de melhor conhecer nosso o público de informantes, questionou-se sobre sua estrutura familiar. Assim, 50% responderam que não tem filhos; 30% tem 2 filhos; 10% tem 1 filho, 10% tem 3 filhos. Quanto à forma de moradia, 70% têm a moradia mantida pela família, 10% tem a moradia mantida por terceiros, 10% tem moradia mantida por ele mesmo.

**Gráfico 16 - Situação de moradia dos egresso na turma de 2015**

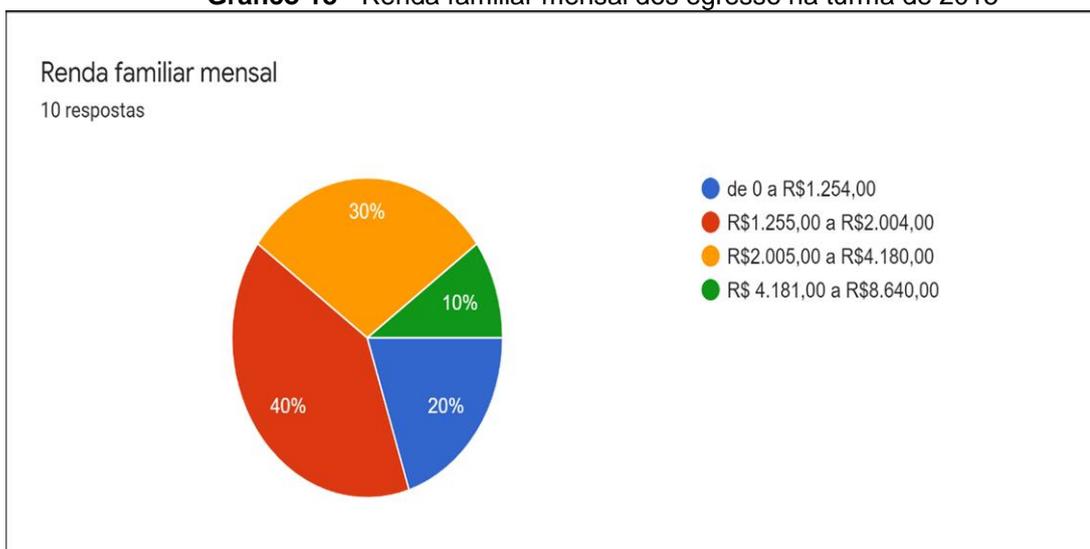
**Fonte:** Dados da pesquisa

Quanto à sua manutenção financeira, 60% respondeu possuir trabalho formal, 30% se mantem através do trabalho informal e 10% depende de bolsa de assistência para se manter.

**Gráfico 17 - Manutenção financeira egresso na turma de 2015**

**Fonte:** Dados da pesquisa

Quanto ao fator renda familiar, 40% possui renda de até R\$ 2.004,00, 30% possui renda de até R\$ 4.180,00, 20% possui renda de até R\$1. 254,00, e 10% possui renda de até R\$ 8.640,00, como podemos ver a seguir:

**Gráfico 18 - Renda familiar mensal dos egresso na turma de 2015**

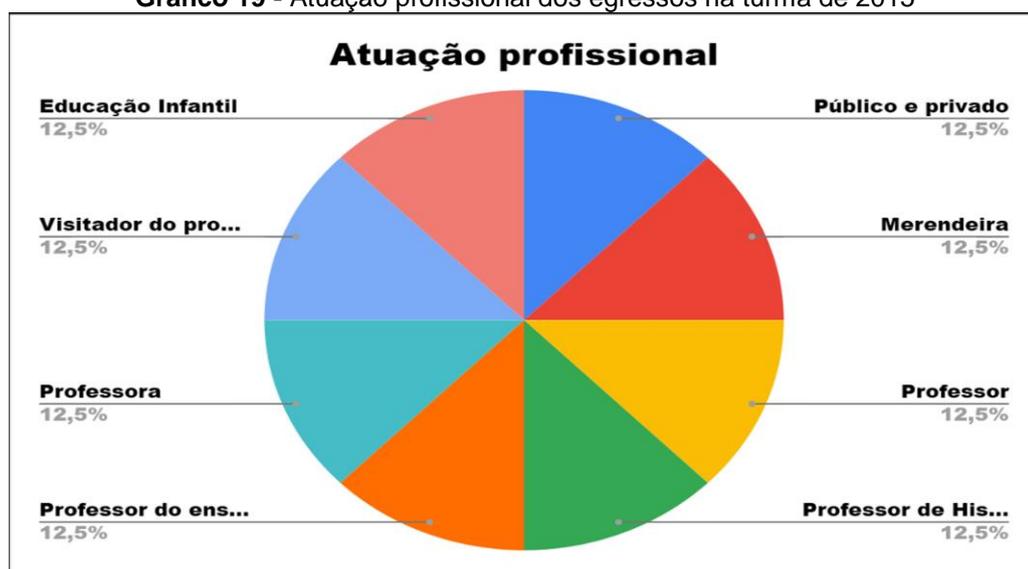
**Fonte:** Dados da pesquisa

No que se refere ao tipo de moradia, 80% respondeu residir em imóvel próprio e 20% em imóvel alugado. Perguntou-se ainda sobre os meios de transporte utilizado pelos/as informantes durante o curso para se locomover até a UFMA, 60% responderam utilizar transporte público, 30% carro próprio, 10% moto.

Foram feitas perguntas referentes à formação acadêmica do/as informantes, dos 10, 50% já tem outra graduação entre elas: pedagogia, letras, turismo, comunicação social, e geografia; os outros 50% estavam em sua primeira graduação. 50% dos entrevistados têm três ou quatro familiares com graduação ou estão em uma graduação, 30% não têm nenhum familiar graduado ou cursando uma graduação, ou seja, o egresso é o primeiro da família a ter uma graduação, 20% têm um ou dois familiares graduados ou cursando uma graduação.

Quanto aos planos de continuação dos estudos acadêmicos, 90% pretendem dar continuidade na formação acadêmica, fazendo mestrado e doutorado, sendo que dos treze egressos, cinco já se encontram no mestrado, e 10% desejam ingressar na pós-graduação no lato-sensu.

Quanto à atuação profissional após a conclusão do curso, 60% atuam na docência. Abaixo temos um quadro representativo da atuação profissional dos/as Informantes

**Gráfico 19 - Atuação profissional dos egressos na turma de 2015**

Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere às condições de estudos oferecidas pela UFMA, egressos responderam ter participado de programas acadêmicos, pesquisa, bolsas do grupo Casemiro Coco, estágio curricular não-obrigatório, assistência estudantil, programa Residência Pedagógica, e do trabalho de campo em Cabo Verde.

### 3.5 Ser cotista negra na UFMA: as trajetórias de duas estudantes cotistas da primeira turma do curso de estudos africanos

Análise das falas de estudantes que entraram pelo sistema de cotas raciais na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) beneficiados/as pela lei 12.711/2012, relatando suas experiências vivenciadas na academia. Foi questionado sobre a permanência na academia, relações de sociabilidade entre alunos, professores e servidores no que se refere às relações raciais e o que o ingresso no ensino superior provocou na vida pessoal e profissional de cada uma.

**Quadro 3 - Curso, fase do curso, Idade e autoclassificação racial**

ENTREVISTADA	CURSO	FASE DO CURSO NO TEMPO DA ENTREVISTA	IDADE	AUTOCLASSIFICAÇÃO RACIAL
Joana	Turismo e Estudos Africanos	Concluído	47 anos	Preta
Mara	Pedagogia e Estudos	Concluído	40 anos	Preta

	Africanos	Concluído		
--	-----------	-----------	--	--

Fonte: A autora

Quadro 3 reúne informações como: idade, curso, fase do curso e autotransclassificação racial de cada estudante. O Quadro 2 traz informações sobre a escolaridade e a ocupação dos pais de cada entrevistado e sua renda familiar mensal em intervalos de salários mínimos (SM).

**Quadro 4 – Escolaridade e ocupação dos pais, Renda familiar**

ENTREVISTADA	ESCOLARIDADE DOS PAIS	OCUPAÇÃO DOS PAIS (ANTIGA E ATUAL)	RENDA FAMILIAR
Joana	Fundamental incompleto	Falecido Lavradora /aposentada	R\$ 1.255,00
Mara	Fundamental incompleto	Doméstica/aposentada Estivador/aposentado	R\$ 1.255,00 a R\$ 2.004,00

Fonte: A autora

Quadro 4 traz dados sobre a escolaridade e a ocupação dos pais e renda familiar mensal em intervalos de salários mínimos (SM). Utilizamos o método de pesquisa qualitativo, com o consentimento livre e esclarecido das entrevistadas e entrevistados a respeito dos propósitos da pesquisa. Foram realizadas entrevistas abertas via questionário por e-mail e roda de conversa via google meet pautado em um roteiro de perguntas para obtenção de dados como: permanência, rendimento acadêmico, relações com colegas, professores e servidores, identificação racial, discernimentos sobre as cotas, situações de discriminação racial, escolaridade, ocupação dos pais e questões socioeconômicas, observando o percurso das ex alunas e ex alunos que fizeram uso da lei 12.711/2012, ingressando no ensino superior por meio do sistema de cotas raciais. Usamos nomes fictícios para garantir o anonimato dos mesmos e das mesmas. Ressaltamos que a realização das entrevistas com as/os estudantes realizou-se com conduta ética, com o consentimento livre e esclarecido a respeito dos propósitos da pesquisa.

Joana, graduada em Turismo, e Estudos Africanos, Mara, graduada em Pedagogia e Estudos Africanos ingressaram na UFMA 2013, no curso de Turismo e Pedagogia e em 2015 no curso de Estudos Africanos respectivamente. No início

do curso, ambas sentiram dificuldades com a linguagem científica, a metodologia, o ritmo de estudo, não tinham condições financeiras para comprar livros, então tiveram que recorrer a textos fotocopiados e a livros da biblioteca da universidade.

Muitas dificuldades, linguagem, metodologia e ambiente, pois sempre ouvia que éramos privilegiadas por estar lá.

Mara conta que já foi indagada se era cotista, porém percebeu que essa indagação veio num tom preconceituoso, de depreciação, pois para o indagador segundo ela, não era justo a mesma está ali, “sim, tipo como se quisesse me depreciar e me fazer entender que eu só passei porque era pelo sistema de cotas que era reservado sem ter passado por todo o processo como os demais candidatos”. Nunca teve problemas em se assumir como mulher negra, por ser moradora de um quilombo urbano, construiu sua identidade junto à sua família que a incentivou a valorizar sua identidade racial negra, as duas falaram que por vezes o clima entre os cotistas e não cotistas era respeitoso. Já Joana, não tem lembranças se já foi abordada com a questão, porém acredita que devido a sociedade racista quando se assume negro/a não tem como não sofrer preconceito a partir do nascimento do indivíduo, “ não tem como abster-se de problemas quando se assume negro nesta sociedade racista. É um processo que já vem antes do negro nascer”.

No início do curso ambas não tinham, recursos como computador, internet, ou dinheiro para manter gastos com transporte, alimentação, comprar livros, pagar impressão ou fotocópias. “Tive muitos problemas para permanecer, foi luta diária”

Sim, tive dificuldade em relação aos gastos com transporte, alimentação, aquisição de livro, entre outros. A universidade é pública, no entanto, não é fácil estando desempregada e estudando na universidade. Os gastos são muitos e as vezes isso impossibilita que se tenha tranquilidade na hora do aprendizado.

No que diz respeito ao convívio em sala de aula com os professores, Mara fala que teve um tratamento diferente por ser cotista somente no terceiro período, Já Joana respondeu que não percebeu nenhum tratamento diferenciado por ser cotista por parte dos professores. Ambas afirmaram que já sofreram preconceito racial dentro e fora da universidade como relata Joana:

O Brasil é um país racista e a universidade como parte dessa sociedade não tem como não ser também. Portanto, manifestações de racismo não é algo que não será visto ou sentido nesse espaço. Eu por ser negra retinta

percebi alguns olhares, para quem sofre racismo sabe como são. Por exemplo, determinada ocasião, percebi esses olhares, quando precisei ir na área da saúde. Aqueles olhares que expressam: “você não pertence a esse lugar”

Quando cursou pedagogia, Mara foi bolsista pelo Programa de Educação Tutorial - PET –Conexão de saberes, o que lhe ajudou na manutenção do seu dia a dia em seu curso. Joana durante o curso de turismo não recebeu nenhuma bolsa, já na segunda graduação estudos africanos foi contemplada no programa Residência Pedagógica, bolsa no valor de R\$ 400,00 que também lhe ajudou na manutenção dos seus estudos.

As entrevistadas concluíram ambos os cursos no prazo correto de quatro anos, suas percepções sobre as cotas são positivas, “Sim, já fui para o curso com essa consciência da importância da adoção das cotas raciais nas universidades” o ingresso em curso superior foi para Joana uma ruptura, uma quebra de paradigma e uma oportunidade de um futuro melhor, enquanto para Mara foi uma transformação, foram as primeiras na família a obter um diploma “foi necessário a ajuda de toda família para que ele saísse.” Uma conquista para todos.

Seus planos para o futuro são fazer carreira acadêmica passar em concurso público para exercerem a docência e os conhecimentos adquiridos na Universidade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o fim da escravidão, a população negra ficou excluída de qualquer benefício que a sociedade pode oferecer, como saúde, moradia e entre tantos outros a educação, com isso as desigualdades deixam marca irreparáveis neste grupo social, que deixam de receber direitos constitucionais básicos, políticas públicas e acesso a bens e serviços também lhe são negados.

Entendemos que o movimento negro sempre se ergueu sua bandeira na luta pela educação da população negra, criando entidades que desenvolveram importantes ações na educação e desenvolvimento do povo negro. Entre as reivindicações do movimento negro temos em destaque a Marcha Zumbi dos Palmares contra o racismo, pela cidadania. Entre as suas reivindicações estão a superação do racismo e das desigualdades raciais, a implantação das ações afirmativas

Ao longo da pesquisa foi possível perceber que o movimento negro, sempre esteve à frente das demandas de educação, pois verificou-se que nos últimos anos as questões raciais não tiveram relevância nas agendas presidenciais.

Compreendemos que com a aprovação da Lei nº 12.711/2012, conhecida como a lei de cotas, também uma conquista do movimento negro, lei que permite o acesso de negros e indígenas ao ensino superior, o objetivo de combater as desigualdades, promover a educação e o emprego entre outras conquistas estão sendo efetivadas nas universidades públicas do país.

Deste modo analisou-se o ingresso de cotistas negros no curso de Estudos Africanos da na Universidade Federal do Maranhão UFMA, e conclui-se que a maioria dos/as estudantes ingressou por meio das cotas, a faixa de idade fica em 29 a 39 anos, são em sua maioria pessoas de baixa renda que têm que trabalhar para se manter financeiramente e custear os estudos com gastos como alimentação, transportes e entre outros. A maioria aprova o sistema de cotas e considera, que as cotas reparam as desigualdades, e permite a isonomia na ascensão social.

Por fim, com a aprovação da Lei nº 10.639/2003, o ensino de o ensino de História, Cultura Africana e Afro-Brasileira, tornou-se obrigatório nos

estabelecimentos de ensino brasileiros, todavia não haviam profissionais licenciados para este fim (BRASIL, 2003).

Desse modo, a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros, LIESAFRO é idealizada e implantada com o objetivo de realizar a formação de profissionais para a docência nos anos finais do Ensino Fundamental, na área das Ciências Humanas (História, Geografia, Filosofia e Sociologia); no Ensino Médio, na área de História e para atuação nas Secretarias Estaduais de Educação, trazendo rupturas no sistema educacional, promovendo transformações na estrutura racista da sociedade brasileira, proporcionando uma formação de professores fundamentada numa educação antirracista e emancipatória, promovendo a valorização do/a educando/a, a transformação social, e a suplantação do silenciamento ou esquecimento da população negra, das desigualdades e do racismo ocorridas no currículo.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD Educação 2019**: Mais da metade das pessoas de 25 anos ou mais não completaram o ensino médio. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-mais-da-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 08 mai. 2021.

ALBERTI, Verena; PEREIRA Amilcar Araújo. A defesa das cotas como estratégia política do movimento negro contemporâneo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 143-166, jan. /jun. 2006. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2249/1388>. Acesso em: 07 abr 2021.

BARROS, Ricardo Paes de; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel (org.). **Desigualdade de renda no Brasil**: uma análise da queda recente. Brasília: Ipea, 2006.

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Maciel de. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 141-159, 2006.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SEPPIR, 2004. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/>. Acesso em 09 abr 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 09 fev. 2021.

BRASIL. **Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília: Imprensa Nacional, ano 149, nº 169, seção 1, p. 1, 30 ago. 2012.

BRASIL. **Constituição Política do Império do Brasil (de 25 de março de 1824)**. Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao24.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm). Acesso em: 12 fev. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 1.331-A, de 17 de Fevereiro de 1854**. Approva o Regulamento para a reforma do ensino primario e secundario do Municipio da Côrte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acesso em: 30 jul. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 7.031-A, de 6 de setembro de 1878**. Crêa cursos nocturnos para adultos nas escolas publicas de instrucção primaria do 1º gráo do sexo masculino do municipio da Côrte. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-publicacaooriginal-62957-pe.html>. Acesso: 30 jul. 2021.

CAMINO Leoncio et al. Repertorios discursivos de estudantes universitarios sobre cuotas raciales en las universidades públicas brasileñas. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. espec., p. 117-128, 2014. Disponível em <https://www.scielo.br/j/psoc/a/TKJkQ7LGvyVCH8TBn6HYnWm/abstract/?format=html&lang=es>. Acesso em: 25 maio 2021.

CAMPELLO, Tereza et al. Faces da Desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. especial 3, p. 54-66, nov. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/xNhwkBN3fBYV9zZgmHpCX9y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 28 jul. 2021.

CAMPOS, Luiz Augusto. “We have a dream” cientistas sociais e a controvérsia sobre as cotas raciais na imprensa. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 41, p. 53-73, fev. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/6WpRkCgP9YpzTYXnjsXZ8xx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2021.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e Desigualdade na Educação Brasileira. **Educação e Sociologia**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 673-697, out. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2021.

CIVIERO, Lohana Larissa Mariano. **O uso da conjunção e no texto O Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU)**. 2020. 103 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel – PR, 2020. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/5041>. Aceso em 20 abr. 2021.

CONTINS, Márcia; SANTANA, Luís Carlos. O movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 209-220, 1996.

CUNHA, Antunes. **Imprensa negra e educação**. São Paulo [s.n.], 2000.

DARITY, William; DESHPANDE, Ashwini; WEISSKOPF, Thomas. Who is Eligible? Should Affirmative Action be Group or Class Based? **American Journal of Economics and Sociology**, v. 70, n. 1, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, n. 29, maio /jun /jul /ago 2005.

EXECUTIVA NACIONAL DA MARCHA ZUMBI (ENMZ). **Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e vida.** Brasília: Cultura, 1996.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 1, n. 15, set/out/nov/dez. 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/8rz8S3Dxm9ZLBghPZGKtPjv/?format=html#>. Acesso em: 20 abr. 2021.

GOMES, Joaquim Barbosa. **Ação afirmativa e princípio constitucional da igualdade: o direito como instrumento de transformação social.** Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GOMES, Nilma Nilo. **Movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **História da educação brasileira: leituras.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

IBGE. ESTUDOS E PESQUISAS. INFORMAÇÃO DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2019. v. 41. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf). Acesso em: 28 abr. 2021.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura. Política de cotas raciais, os 'olhos da sociedade' e os usos da antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p.181-214, jan./jun. 2005.

MARQUES JUNIOR, Joílson Santana. Políticas de Ação Afirmativa para Negros no Brasil: elementos para uma reflexão inicial no Serviço Social. **O Social em Questão**, ano 20, n. 37, p. 37-54, jan. /abr. 2017. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ\\_37\\_art\\_2\\_Marques\\_Junior.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_37_art_2_Marques_Junior.pdf)

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, p. 197-217, 2002. Disponível em <ps://www.scielo.br/j/cp/a/NcPqxNQ6DmmQ6c8h4ngfMVx/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 08 mai. 2021

MUNANGA, Kabengele. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no brasil: um ponto de vista em defesa das cotas. **Sociedade e Cultura**, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/515>. Acesso em 08: maio 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, v. 18, n. 50, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/B8K74xgQY56px6p5YQQP5Ff/?lang=pt>. Acesso em 03 maio 2021.

PINTO, Regina Pahim. **Movimento negro em São Paulo**: luta e identidade. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo: FFCH/USP, 1994.

SANTOS, Sales Augusto dos. Ações Afirmativas nos Governos FHC e Lula: Um balanço. **Revista Tomo**, n.24, p. 37-83, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/317161835>. Acesso em: 07 maio 2021.

REGIS, Kátia Evangelista; NERIS, Cidinalva Silva Câmara Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros: Formação de professores/as em direção à Construção da Justiça Curricular. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.3, p. 990-1014 jul./set. 2019. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: 09 abr. 2021.

TURGEON Mathieu; SANT'ANNA Bruno; WIVES, Willian Washington. In Políticas de ação afirmativa e o experimento de listas: o caso das cotas raciais na universidade brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 363-376, dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/bhQXnh3m74RNQbnxB6kWncD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 abr. 2021.

## **APÊNDICE A - ENTREVISTA EGRESSOS DO CURSO DE ESTUDOS AFRICANOS-UFMA**

Pesquisa DO INGRESSO À PERMANÊNCIA: “análise da execução da lei de cotas para o ingresso no ensino superior na Universidade Federal do Maranhão”. Público alvo, egressos do curso de Estudos Africanos-UFMA

- 01) Você participaria de uma roda de conversas conosco para tratarmos sobre o tema desta pesquisa?
- 02) Faixa Etária
- 03) Identidade de Gênero
- 04) Como você se considera?
- 05) Tem outra graduação além da de Estudos Africanos?
- 06) Se tem outra graduação, qual?
- 07) Atua na docência?
- 08) Caso seja empregado/a, qual sua área de atuação profissional?
- 09) Se não atua na docência, pretende atuar, porque?
- 10) Quantos membros da família mais próximos (companheira(a), filhos, pais e irmãos) possuem ou encontram-se em curso superior?
- 11) Quantidade de filha/os
- 12) Qual das alternativas abaixo correspondem com a sua atual situação de moradia
- 13) Como se dá sua manutenção financeira?
- 14) Renda familiar mensal
- 15) Quantas pessoas compõem a renda familiar? (incluindo você)
- 16) Quantas pessoas moram com você? (incluindo parentes e amigos/as)
- 17) Quem mora com você?
- 18) Tipo de moradia?

- 19) Qual o principal meio de transporte que você utilizou para chegar à UFMA durante sua graduação?
- 20) Você ou alguém em sua residência foi infectado por coronavírus?
- 21) Você possui equipamentos eletrônicos?
- 22) Tem acesso a qual (is) tipo (s) de internet em casa?
- 23) Possui algum cômodo específico, em casa, para realização das atividades de estudo/trabalho ?
- 24) Como você se sente quanto às atividades (trabalho e ou estudo) remotas?
- 25) Ano de Ingresso no curso Estudos Africanos?
- 26) Forma de Ingresso
- 27) Por que você escolheu fazer o Curso de Estudos Africanos?
- 28) Quais eram as suas expectativas em relação ao curso?
- 29) Como você se sente em relação a suas expectativas quanto ao curso
- 30) Em qual semestre você concluiu o curso?
- 31) Se você pretende dar continuidade a formação acadêmica, como seria?
- 32) O que você sugere para melhorar o Curso?
- 33) Se a UFMA ofereceu algum tipo de auxílio para realizar seus estudos, cite?
- 34) Se você precisou de algum auxílio por parte da UFMA para realizar seus estudos, qual foi?
- 35) Você participou de alguns dos programas acadêmicos abaixo?
- 36) Qual ou quais programas e/ou ações de assistência estudantil da UFMA você foi beneficiado/a?
- 37) Quais outras atividades extra curriculares você participou
- 38) Além da sala de aula que outros espaços da Universidade você utilizou ou precisou utilizar para realizar suas atividades acadêmicas?

39) Que estratégias ou alternativas você usou para garantir sua permanência ou conclusão no curso de graduação?

40) Sobre o sistema de cotas para acesso à educação superior, você o considera:

41) Em sua opinião sistema de cotas para acesso à educação superior

42) Você concorda com a manutenção do sistema de cotas para acesso à educação superior, por que?

43) Você pensa que o sistema de cotas para acesso à educação superior deveria ser modificado, em quais aspectos?

44) Quanto a seu conhecimento sobre o sistema de cotas para acesso à educação superior, você o considera:

## **APÊNDICE B - ENTREVISTA ALUNOS DO CURSO DE ESTUDOS AFRICANOS-UFMA**

Pesquisa DO INGRESSO À PERMANÊNCIA: “análise da execução da lei de cotas para o ingresso no ensino superior na Universidade Federal do Maranhão” Público alvo cursista do curso de Estudos Africanos-UFMA.

- 01) Você participaria de uma roda de conversas conosco para tratarmos sobre o tema desta pesquisa?
- 02) Faixa Etária
- 03) Identidade de Gênero
- 04) Como você se considera?
- 05) Se tem outra graduação, qual?
- 06) Atua na docência?
- 07) Caso seja empregado/a, qual sua área de atuação profissional?
- 08) Se não atua na docência, pretende atuar, porque?
- 09) Quantos membros da família mais próximos (companheira(a), filhos, pais e irmãos) possuem ou encontram-se em curso superior?
- 10) Quantidade de filha/os
- 11) Qual das alternativas abaixo correspondem com a sua atual situação de moradia
- 12) Como se dá sua manutenção financeira?
- 13) Renda familiar mensal
- 14) Quantas pessoas compõem a renda familiar? (incluindo você)
- 15) Quantas pessoas moram com você? (incluindo parentes e amigos/as)
- 16) Quem mora com você?
- 17) Tipo de moradia?

- 18) Qual o principal meio de transporte que você utiliza para chegar à UFMA durante sua graduação?
- 19) Você ou alguém em sua residência foi infectado por coronavírus?
- 20) Você possui equipamentos eletrônicos?
- 21) Tem acesso a qual (is) tipo (s) de internet em casa?
- 22) Possui algum cômodo específico, em casa, para realização das atividades de estudo/trabalho ?
- 23) Como você se sente quanto às atividades (trabalho e ou estudo) remotas?
- 24) Ano de Ingresso no curso Estudos Africanos?
- 25) Forma de Ingresso
- 26) Por que você escolheu fazer o Curso de Estudos Africanos?
- 27) Quais são as suas expectativas em relação ao curso?
- 28) Como você se sente em relação a suas expectativas quanto ao curso
- 29) Em qual semestre você concluiu o curso?
- 30) Se você pretende dar continuidade a formação acadêmica, como seria?
- 31) O que você sugere para melhorar o Curso?
- 32) Se a UFMA oferece algum tipo de auxílio para realizar seus estudos, cite?
- 33) Se você precisou de algum auxílio por parte da UFMA para realizar seus estudos, qual foi?
- 34) Você participa de alguns dos programas acadêmicos abaixo?
- 35) Qual ou quais programas e/ou ações de assistência estudantil da UFMA você foi beneficiado/a?
- 36) Quais outras atividades extra curriculares você participa?
- 37) Além da sala de aula que outros espaços da Universidade você utiliza ou precisa utilizar para realizar suas atividades acadêmicas?

38) Que estratégias ou alternativas você usa para garantir sua permanência no curso de graduação?

39) Sobre o sistema de cotas para acesso à educação superior, você o considera:

40) Em sua opinião sistema de cotas para acesso à educação superior

41) Você concorda com a manutenção do sistema de cotas para acesso à educação superior, por que?

42) Você pensa que o sistema de cotas para acesso à educação superior deveria ser modificado, em quais aspectos?

43) Quanto a seu conhecimento sobre o sistema de cotas para acesso à educação superior, você o considera.

## APÊNDICE C - ENTREVISTA COM AS COTISTAS EGRESSAS

1. Alguém já lhe perguntou abertamente se você era/é cotista? Teve problemas em se assumir negro?
2. O clima entre os cotistas e não cotistas era/é respeitoso?
3. No início você conseguia acompanhar as disciplinas ou sentiu dificuldade com a linguagem científica e com a metodologia?
4. E o relacionamento com os professores do início do curso teve tratamento diferente por ser cotista?
5. No início você tinha recursos como computador, impressão, internet, ou problemas de permanência na academia como ter dinheiro para se manter, pagar contas no fim do mês, pagar o transporte, pagar para se alimentar, comprar livros, pagar xerox?
6. já vivenciou ou presenciou em outros ambientes da universidade alguma situação de racismo com/por outros alunos ou servidores?
7. Já foi tratado/a de forma discriminatória por ser cotista ou por ser negro:
8. Participou de algum projeto de monitoria, ou de extensão?
9. houve alguma segregação, social ou racial entre os alunos do seu curso?
10. concluiu ou pretende concluir o curso no tempo normal?
- 11 .Tem a mesma opinião da que tinha na época da entrada em relação às cotas raciais?
- 12 .Qual o significado da obtenção do nível superior em sua vida?
13. Quais seus planos profissionais para o futuro.  
(passar em concursos públicos, atuar como profissionais liberais, fazer carreira acadêmica, ir para a docência)